UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ADRIELLE CRISTINA MACIEL DE ARAUJO

SUJEITOS E MATERIALIDADE COLONIAIS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS DOMICÍLIOS DE SANTARÉM NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

SANTARÉM - PA
2023

ADRIELLE CRISTINA MACIEL DE ARAUJO

SUJEITOS E MATERIALIDADE COLONIAIS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS DOMICÍLIOS DE SANTARÉM NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História do Instituto de Ciências da Educação para obtenção de título em Licenciatura em História, Universidade Federal do Oeste do Pará.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Isabel Teresa Creão Augusto.

SANTARÉM - PA
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

A663s Araujo, Adrielle Cristina Maciel de
Sujeitos e materialidade coloniais: uma investigação sobre os domicílios de Santarém no início do século XIX./ Adrielle Cristina Maciel de Araujo. – Santarém, 2023.
59 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Isabel Teresa Creão Augusto.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Licenciatura em História.

1. Materialidade. 2. Santarém. 3. Século XIX. I. Augusto, Isabel Teresa Creão, *orient*. II. Título.

CDD: 23 ed. 720.98115

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2 1440

ADRIELLE CRISTINA MACIEL DE ARAUJO

SUJEITOS E MATERIALIDADE COLONIAIS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS DOMICÍLIOS DE SANTARÉM NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

BANCA EXAMINADORA

Conceito: 10

Data de Aprovação: 08 / 02 / 2023

Dr.ª Isabel Teresa Creão Augusto – Orientadora
Universidade Federal do Oeste do Pará (ICED/UFOPA)

Dr. Luiz Carlos Laurindo Júnior – Avaliador
Universidade Federal do Oeste do Pará (ICED/UFOPA)

Dr.ª Vanice Siqueira de Melo – Avaliadora
Universidade Federal do Oeste do Pará (ICED/UFOPA)

SANTARÉM - PA
2023

À Antônia Marreiros (*in memoriam*), minha maior incentivadora e uma grande inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Selma Maciel, pois graças aos seus cuidados eu pude me dedicar exclusivamente à graduação durante esses anos.

Agradeço aos professores do Curso de Licenciatura em História da UFOPA, em especial minha orientadora, Isabel Augusto, por todo apoio, direção e compartilhamento de saber.

Ao Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas pela disponibilização das fontes.

Ao PIBID História 2018-2019, onde tive o primeiro contato com a bibliografia do século XIX, despertando em mim o interesse por este período e pela História de Santarém.

Ao grupo PET Conexões de Saberes de Estudos Interdisciplinares - Comunidade do Campo, onde tive a oportunidade de me desenvolver como pesquisadora e criar relações de amizade.

Aos meus amigos que compreenderam minhas ausências e hoje comemoram comigo essa conquista.

Aos colegas da turma de História 2018 que caminharam comigo essa jornada, por vezes difícil, em busca de um futuro melhor.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Oeste do Pará pela qualidade do ensino e por promover a pesquisa no interior da Amazônia.

Viva a Educação!

Viva a Universidade Pública!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar o modo de vida das famílias de Santarém no período de 1801 a 1823 a partir da cultura material presente nos domicílios, identificando as diferentes atividades econômicas exercidas pelos sujeitos e observando como essas atividades refletem no cotidiano dessas famílias. Utilizamos o conceito de Cultura Material difundido a partir da década de 1980 que a entende como produção dos indivíduos e que têm o potencial de informar sobre as relações sociais de determinado período. As fontes principais desse trabalho são 29 inventários post mortem produzidos em Santarém cedidos pelo Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, correspondentes ao recorte temporal abordado, juntamente com as obras do século XIX de Spix e Martius (2017), Florence (2007), Bates (1944) e Baena (2004). A materialidade das casas de Santarém está, inegavelmente, ligada ao poder aquisitivo das famílias, sendo que a principal preocupação das famílias santarenas era assegurar a subsistência do núcleo familiar e manter seus padrões de vida.

Palavras-chave: Materialidade. Santarém. Século XIX.

ABSTRACT

This work investigates the way of life of families in Santarém from 1801 to 1823 based on the material culture present in the households, identifying the different economic activities carried out by the subjects and observing how these activities reflect on the daily lives of these families. We used the concept of Material Culture spread since the 1980s, which understands it as the production of individuals and that has the potential to inform about the social relations of a given period. The main sources of this work are 29 post mortem inventories produced in Santarém, provided by the Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, corresponding to the time frame addressed, together with the 19th century works by Spix and Martius (2017), Florence (2007), Bates (1944) and Baena (2004). The materiality of the houses in Santarém is undeniably linked to the purchasing power of the families, and the main concern of Santarém families was to ensure the subsistence of the family nucleus and maintain their standards of living.

Keywords: Materiality. Santarém. XIX century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8
CAPÍTULO 1 - OS SUJEITOS COLONIAIS 13
CAPÍTULO 2 - MATERIALIDADE E PRÁTICAS COTIDIANAS 30
CONSIDERAÇÕES FINAIS 52
FONTES 55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 56

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar o modo de vida das famílias de Santarém no período de 1801 a 1823, a partir da cultura material presente nos domicílios, identificando as diferentes atividades econômicas exercidas pelos sujeitos e observando como essas atividades refletem no cotidiano dessas famílias. Os estudos de cultura material, apesar de amplamente utilizada na Arqueologia, atualmente "transcendem a prática arqueológica", de modo que as "reflexões que exploram o papel da materialidade nas sociedades humanas e as interações entre artefatos e relações sociais têm sido conduzidas, além dos arqueólogos, por pesquisadores em ciências sociais e humanas" (LIMA, 2011, p. 12), como é o caso deste trabalho.

Utilizamos, portanto, o conceito de cultura material difundido a partir da década de 1980 por estudiosos autodesignados "pós-processualistas" que, influenciados pelo marxismo, estruturalismo e semiótica, entendem a cultura material não apenas como reflexo passivo do passado, mas como produção dos "indivíduos com escolhas ideologicamente determinadas". Assim:

> As formas materiais não espelham simplesmente distinções sociais, ideias ou sistemas simbólicos. Ao contrário, elas são o meio efetivo por onde esses valores, ideias e distinções sociais são constantemente reproduzidos e legitimados, ou transformados, de modo que toda uma trama de relações sociais se instala a partir da cultura material (LIMA, 2011, p. 19)

Essa perspectiva teórica estabelece uma analogia entre a cultura material e a linguagem, no sentido de que assim como um texto, a cultura material possui signos que devem ser lidos. "Por meio de discursos materiais, as pessoas falam silenciosamente sobre si mesmas, sobre sua visão de mundo, sobre o que não pode ou não deve ser dito verbalmente, e aí reside a sua força" (LIMA, 2011, p. 19). Importante ponderar que, mesmo que trabalhemos a cultura material e mobilizemos tais conceitos, nossa análise baseia-se em relatos extraídos de fontes escritas, e não diretamente com os artefatos como é comum em pesquisas arqueológicas, por exemplo. A metodologia, contudo, não diminui o caráter informativo da cultura material nem prejudica o resultado da análise, mantendo potencial da materialidade para "afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências" (LIMA, 2011, p. 21).

O interesse pelo estudo da História de Santarém surgiu durante as atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, do qual participei

entre 2018 e 2019, sob coordenação da Prof.ª Dr.ª Isabel Augusto. Atuei na Escola Estadual Frei Ambrósio onde, juntamente com meu parceiro, desenvolvemos um projeto sobre a História de Santarém a partir das transformações arquitetônicas ao longo dos séculos, despertando-me o interesse especialmente pela cultura material local e os vestígios do século XIX. Os relatos de viajantes se mostraram já nesse período fontes de grande importância para meus estudos, os quais venho utilizando desde então.

O primeiro contato com a documentação do século XIX, por sua vez, foi possibilitada pelas atividades do Programa de Educação Tutorial - PET, ao qual estou vinculada desde o final de 2019 no âmbito do Grupo Conexões de Saberes de Estudos Interdisciplinares: Comunidades do Campo. Neste, ao desenvolver pesquisa individual, comecei a investigar a organização social de Santarém nos Oitocentos, novamente sob orientação da Prof.ª Isabel Augusto, utilizando inventários cedidos pelo Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA) e relatos de viajantes. Assim, este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de um caminho trilhado desde o início da graduação, por meio de um processo de lapidação de temáticas e recortes historiográficos construídos juntamente com a Prof.ª Isabel, que me orienta antes mesmo de existir um projeto oficial.

Como já apontado, as fontes principais desse trabalho são os inventários *post mortem* produzidos em Santarém no período de 1801 a 1823, o que corresponde ao número de 29 documentos. A escolha por esse tipo de fonte se deve ao seu caráter detalhista em relação a cultura material, ou seja, à lista de bens materiais que inevitavelmente contém nesses documentos. Bem como seu caráter familiar, já que um inventário nos permite acessar dados de toda a família. Em termos de definição:

> O inventário foi e continua sendo um documento exigido pelo Estado, por meio do Poder Judiciário, no qual se relacionam todos os bens de um indivíduo por ocasião de seu falecimento para, assim, formalizar a partilha entre seus herdeiros e sucessores (TEIXEIRA, 2012, p. 64).

Apesar de muito rica, este tipo de fonte tem utilização recente na historiografia. A princípio recorriam-se à inventários apenas para obter informações sobre grandes personalidades, na perspectiva da "história dos notáveis". No entanto, a percepção sobre as possibilidades de uso dessa fonte vem tornando-a cada vez mais comum. Dentre suas potencialidades, estão o "seu caráter massivo e serial, que se repete no tempo e por várias épocas, [permitindo] ao historiador a reconstrução de toda uma sociedade" (TEIXEIRA, 2012. p. 65). Um único inventário nos permite conhecer sobre

determinado indivíduo, mas se analisados em conjunto, agrupados por temporalidade, parentesco ou localidade teremos um panorama mais completo da vida em sociedade.

Nesse sentido, Sheila Faria faz uma interessante analogia afirmando que "os inventários *post mortem* são fontes que permitem a observação de um momento da vida material de determinadas pessoas, como uma fotografia. [...] A análise de um conjunto de inventários, entretanto, permite captar o(s) movimento(s)" (FARIA, 1998, p. 227). É a partir desse aspecto serial dos inventários que nossa pesquisa pretende abordar um período da história de Santarém, investigando a cultura material dessa sociedade e, consequentemente, o cotidiano. No entanto, ao trabalharmos com essas fontes precisamos ter clareza de algumas características próprias dos inventários.

Por serem documentos com a finalidade de partilhar os bens deixados por alguém que veio a óbito, logo "os inventários eram feitos para os que tiveram algo a deixar" (FARIA, 1998, p. 225). Sendo assim, nossa análise se concentrará numa parcela da população que conseguiu juntar bens ao longo da vida, mesmo que fossem poucos. Por meio das análises, notaremos que as riquezas individuais divergem de um inventário para outro, mostrando que tanto as pessoas afortunadas como as que possuíam poucos bens poderiam ser inventariadas. Famílias muito pobres desse período de Santarém possivelmente ficaram ausentes devido à falta de fontes disponíveis.

A população escrava, por exemplo, aparece nesses documentos apenas como bens, transparecendo muito pouco de sua vida cotidiana. Mais invisíveis ainda são os indígenas que, por geralmente ocuparem segmentos sociais mais baixos, pouco aparecem nos inventários, sendo vistos com mais frequência em relatos de viajantes, daí a importância dessas fontes secundárias. Entendemos que esses dois tipos de fonte se complementam, já que os relatos de viajantes podem nos oferecer um panorama social de Santarém enquanto os inventários trazem uma visão mais privada das famílias, descrevendo seus bens materiais e nos permitindo visualizar a atividade econômica exercida por cada núcleo familiar.

Os inventários normalmente trazem algumas informações sobre o falecido, como a cidade onde faleceu, a data do falecimento, o(a) viúvo(a), os herdeiros e se havia ou não testamento. Mas também ocultava informações que seriam relevantes para a nossa pesquisa, como o lugar de nascimento, localização da moradia e causa da morte. Sheila Faria atribui essas ausências ao fato de que "praticamente todos se conheciam e sabiam onde o outro morava. A escritura desses itens não tinha, então, importância", ou seja, "omitia-se o que era do conhecimento geral" (FARIA, 1998, p. 225). Assim,

mapear certas informações desses indivíduos torna-se um trabalho feito nas entrelinhas, sendo necessário o uso de fontes auxiliares.

Outro ponto a se destacar é sobre a seleção de bens a serem declarados. Embora na descrição de bens apareçam todo tipo de "miudezas" e coisas aparentemente sem valor classificadas como "velho", "rasgado" ou "quebrado", nem todas as posses de um indivíduo iam parar no inventário após sua morte. Utensílios de barro, madeira e palha normalmente não apareciam nas descrições, talvez por terem sido produzidos pela própria família para uso doméstico e, portanto, sem valor comercial. Em contrapartida, "qualquer coisa de metal ou madeira nobre, trabalhada ou adquirida no mercado, era arrolada" (FARIA, 1998, p. 225), mesmo que gasta ou danificada, pois continha valor em sua matéria prima.

A seleção dos inventários obedece ao recorte de 1801 a 1823, abrangendo o período colonial oitocentista no Grão-Pará. O fator determinante para a data inicial do recorte é o próprio acervo do CDHBA, que se inicia no século XIX. A escolha pela análise até 1823 está relacionada à Adesão do Pará ao projeto de Independência do Estado Brasileiro, que apesar de ter se dado em 1822, encontrou resistência no Grão-Pará, só sendo proclamada na província um ano depois. Embora essas datas históricas não signifiquem rupturas imediatas na prática cotidiana da sociedade, a mudança de modelo político impacta as instituições, altera a legislação e interfere na estrutura social, o que, em termos de pesquisa, acaba por mobilizar uma outra bibliografia específica o período político posterior.

Os relatos de viajantes, por sua vez, são utilizados neste trabalho como fontes secundárias. São eles *Viagem pelo Brasil (1817-1820)* de Spix e Martius (volume 3), *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829* de Hercule Florence, *O Naturalista no Rio Amazonas* (volumes 1 e 2) de Henry Walter Bates e *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859* (volume 2) de Robert Avé-Lallemant. Alguns estão além do nosso recorte temporal, no entanto, partimos do pressuposto de que a ocorrência de determinados hábitos alguns anos após 1823 revelam mais uma continuidade do que uma novidade. Nesse sentido, destacamos ainda que esse tipo de relato não pode ser considerado como testemunho inquestionável da realidade, ou seja, suas informações nem sempre expressam a verdade sobre um local ou povo, pois seus autores escreviam aquilo que viam e ouviam a seus próprios critérios, sem recorrer a métodos da investigação histórica.

São obras cheias de subjetividade, julgamentos, preconceitos, contradições e que tomam como referência os valores oitocentistas europeus, além de refletirem os processos históricos que seus autores viveram e suas opiniões a respeito dos acontecimentos. No entanto, essas obras não contam apenas com a opinião de seus autores, "há também no relato dos viajantes, compilações de outras fontes (primárias e secundárias). Material linguístico, iconográfico, cartográfico e elementos da tradição oral pululam nos relatos de viagem" (CORREA, 2008, p. 12), o que oferece ao historiador informações valiosas sobre determinada localidade.

Além destas, utilizamos ainda o *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará* de Antônio Ladislau Monteiro Baena que, embora também produzida no século XIX, não se trata de uma obra de viajante, mas de um compilado de várias fontes que reúne informações de toda a Província, uma obra subsidiada pelo Governo para fins oficiais. Todas as obras oitocentistas foram adquiridas em formato digital na Livraria do Senado Federal, na Digital Libraries e na Biblioteca Digital de Obras Raras da UFRJ. O trabalho com essas fontes se deu de forma parcial, não sendo utilizada a integralidade de seu conteúdo; ao invés disso, foram feitos recortes temáticos a partir do objetivo a ser tratado, segundo as informações encontradas nos inventários.

A princípio, os inventários foram submetidos à análise de modo a extrair as informações necessárias. A partir desses dados, foram construídas duas planilhas: uma com os dados pessoais dos indivíduos que compunham o núcleo familiar e outra sobre a cultura material encontrada nos domicílios. A primeira planilha contém o nome do falecido, naturalidade, o inventariante, os herdeiros com suas respectivas idades e os escravos. Desta resultou o primeiro capítulo deste trabalho, onde se trata sobre os sujeitos que habitavam a Santarém colonial do início do século XIX, as diferentes composições familiares, as uniões cativas formadas no interior desses núcleos, bem como a função social dos diferentes membros dessas famílias.

Na segunda planilha, foram identificados os bens materiais de cada indivíduo inventariado, acessados através da lista de arrolamento de bens. Uma vez identificados, foram classificados por tipologia: bens imóveis, de raiz, de produção, domésticos, escravos, vestuário, joias, artefatos religiosos, animais e dinheiro em espécie. Essas informações ofereceram a base para o nosso segundo capítulo, onde tratamos especialmente da materialidade das famílias santarenas, buscando entender como o tipo de atividade econômica exercida pelo núcleo familiar determinava a cultura material daquele domicílio e influenciava nas práticas cotidianas.

Capítulo 1 – Os sujeitos coloniais

No início do século XIX, Santarém correspondia à categoria de vila e, embora fosse composta de poucas ruas e casario simples, apresentava "progressivo povoamento destas regiões" (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 139). Além da área central da vila, na qual já se notavam aspectos de urbanização, Santarém também possuía áreas de várzea onde normalmente se mantinham propriedades rurais voltadas principalmente para cultivo de produtos agrícolas. Essas fazendas e roçados fora da vila influenciavam diretamente no cotidiano dessa sociedade. Por requererem continuamente a presença de seus donos e também de trabalhadores para a mão de obra, essas propriedades externas tornaram-se muitas vezes a morada principal de famílias que "só raramente, sobretudo na ocasião dos maiores dias santos, [vinham] à cidade" (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 141), gerando esvaziamento demográfico no dia-a-dia da vila:

> O número dos habitantes de Santarém, registrados nas listas da igreja, não se eleva muito além de 2.000; se forem contados todos os que vivem dispersos, fazendeiros que às vezes moram longe e as inúmeras famílias de índios que para eles trabalham, calculam-se em 4.000 todos os habitantes do distrito, avaliada a sua área habitável em 15 léguas quadradas (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 140).

Como vimos, Spix e Martius consideraram que cerca de metade da população vivia fora da Vila em 1820, ignorando, no entanto, os escravos negros que estão ausentes em sua descrição. Essa ausência pode ser justificada pela afirmação dos viajantes sobre serem "raros os pretos ou mulatos" (p. 140) realizando trabalhos na Vila. Contudo, os escravos aparecem na obra de Antônio Ladislau Monteiro Baena, *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, que embora escrito por volta de 1830, remete a documentos de anos anteriores e, portanto, se aproxima do nosso recorte temporal.

Baena registra para a "vila e seu termo 3.985 vizinhos brancos, 112 indianos e mamelucos, e 1.270 escravos" (BAENA, 2004, p. 253), um total de 5.367 pessoas, ou seja, números superiores daqueles apontados por Spix e Martius, agora acrescentados os escravos negros na contagem. Os dados apresentados por Baena trazem notável superioridade do número de escravos em relação ao número de "indianos", contrariando a fala de Spix e Martius sobre a pouca presença negra em Santarém, o que nos leva a considerar as hipóteses de que a entrada de negros cresceu rapidamente nos anos entre os relatos, ou os primeiros viajantes fizeram seu relato baseados em poucas evidências. É importante destacar que o número maior de habitantes não reflete necessariamente

novos domicílios, já que os inventários nos mostram que as famílias normalmente eram grandes e podiam abrigar bom número de escravos.

Baena não especifica a quantidade de homens, mulheres e crianças, mas identifica a existência de uma diversidade étnica nessa população, classificando-a, como vimos, em brancos, indígenas, mamelucos e negros (escravos). Diferenças étnicas também foram notadas por Hercule Florence em 1828, que apontou a coexistência de cinco classes em Santarém, tentando descrever cada uma delas:

> Cinco classes distintas se notam na população de oito a dez mil[1] almas de Santarém: *brancos, índios, mamelucos, mulatos e negros*. Entre os primeiros a metade é filha da Europa, de modo que as paixões políticas são ainda muito veementes. Os índios são geralmente apelidados tapuios e menos cobreados que os das matas. [...] Da mistura de brancos com índias nasce a classe dos mamelucos. Com hábitos mais ou menos indiáticos, são um tanto mais claros. [...] os negros e mulatos são em pequeno número, porque, tendo logo em princípio sido os índios reduzidos à escravidão, tornou-se tardia e menos ativa do que em outros pontos do Brasil a introdução dos filhos da África (FLORENCE, 2007, p. 264-265).

É importante destacar que as descrições das classes feitas por Baena e Florence, apesar de possíveis anos de diferença, seguem a mesma lógica. Começando pelos brancos descendentes de europeus, donos de terras; passavam aos indígenas que mesmo sendo livres por lei, eram explorados em sua mão de obra e descritos como selvagens e "indolentes"; por fim, terminando na população negra, coisificada e privada de quaisquer direitos. A importância hierárquica que eles conferem aos grupos sociais reflete diretamente a visão eurocêntrica, comumente encontrada em relatos de viajantes.

A convivência entre essas classes em Santarém acontecia tanto no espaço do domicílio como fora dele, geralmente perpassada pelas relações de trabalho. O próprio tamanho da cidade no período colonial permitiu um tipo de "sociabilidade que ocorre de modo predominantemente fora da casa, pautada por um mundo em que todos se conhecem, e em que se identificam socialmente pelas suas vestes, pelos ofícios" (ALGRANTI, 1997, p. 152). A vila em si era um espaço de convivência, onde pessoas de diferentes classes sociais e étnicas se cruzavam nas realizações de suas atividades diárias. Os indígenas, por exemplo, são uma classe bastante citada pelos viajantes que passaram por Santarém, devido ao estranhamento com que estes olhavam para os modos de vida dessa população. Hercule Florence e Antonio Baena indicam ainda que os indígenas tinham seu próprio aldeamento dentro da Vila:

---

[1] Florence quantifica a população de Santarém em número bem acima daqueles apontados por Spix e Martius, e Baena.

> Como quase todas as povoações da província, possui Santarém seu aldeamento de índios. Fica ele para L., separado por um grande terreno quase baldio. Transposto que seja, não se ouvem mais os ásperos sons da palavra portuguesa, porém sim as doces e incompletas entonações da língua geral brasílica (FLORENCE, 2007, p. 263).

> [...] vão ausentando os indianos e com bastante razão, visto que não há quem olhe para esta gente, que aliás é indispensável para o trabalho material do país. Esta aldeia tem as suas casas bem arruadas e com asseio, o seu assento é mais agradável e mais lavado dos ventos que o da vila, porque não está como esta ao subir da colina da fortaleza (BAENA, 2004, p. 255).

Percebemos os que indígenas de Santarém, além de estarem geograficamente afastados, ainda no século XIX empregavam a língua geral[2] com bastante frequência em seu cotidiano, sendo destacado por Spix e Martius que os brancos também chegavam a utilizá-la, mesmo que de modo pouco habilidoso:

> Já aqui começa a ser veículo preferido a língua geral por meio da qual os colonos se comunicam com os índios; porém, os seus vocábulos de muitas vogais e sonoros são transformados, mutilados e viciados, pelas diversas tribos de modo mais diverso, de sorte que por vezes só se percebe um indistinto sussurro ou cicio (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 142).

Dentre os inventários analisados, apenas um se refere explicitamente à uma família indígena, que é o de Floriana de Fonseca e Moraes[3], denominada "índia". Confirmando os relatos de Spix e Martius e Baena, a moradia de Floriana era localizada "na Vila dos Índios", provavelmente a mesma região do antigo aldeamento indígena existente no período das missões jesuítas. As informações são reduzidas, descrevendo da composição familiar apenas um filho e três netos deixados por outro filho já falecido. Não há menção à esposo, o que pode significar que Floriana já fosse viúva quando veio a óbito. De bens, nada é descrito, exceto "676 pés de cacau no Rio na Costa do Urucuritu" e algumas dívidas, revelando situação de escassez em relação à outras famílias que possuíam bens domésticos e de produção.

Os escravos, por sua vez, transitavam por diversos lugares dependendo da função que estivessem mandados a desempenhar. Leila Algranti (1997) aponta que "atividades ligadas à limpeza eram efetuadas nas áreas de serviço situadas fora das casas, ou à beira dos rios" e esse "vai e vem dos escravos, que se incumbiam do abastecimento de água, propiciava os encontros dos cativos" (p. 103). Em Santarém, Alfred Russel Wallace descreve, em meados do século XIX[4], o costume de "lavagem de

[2] O nheengatu.
[3] Inventário de 1820.
[4] O relato de Wallace foi produzido por volta de 1850, portanto, está além do nosso recorte temporal. Contudo, a informação trazida nesse trecho indica a continuidade de uma prática consolidada na Vila há anos, podendo também ser aplicada ao início do século.

roupa" à beira do rio Tapajós, nos permitindo vislumbrar esse espaço como um ambiente de convivência e integração entre cativos e com outros segmentos como os indígenas ou mesmo os brancos.

Dos 29 inventários analisados, 18 contém a presença de escravos entre os bens, contabilizando ao todo 125 pessoas entre crianças, adultos e idosos. Destes, 76 são homens, sendo 10 ainda crianças ("moleques"); as mulheres aparecem em número menor, são 46 ao todo, sendo 7 crianças denominadas "molecas". Três "crias" aparecem com sexo não identificado, estes são contabilizados juntamente com suas mães formando uma única peça. Nestas descrições podemos identificar a utilização de algumas nomenclaturas associadas aos escravos, como "crioulo(a)", "mulato(a)", "preto(a)", e "cafuza" ou expressões que indicam a origem geográfica desses indivíduos como "crioulo do Maranhão", "nação mandinga", "nação Angola", "nação tolupa" e "nação rebolo".

O reduzido número de mulheres escravas em relação aos homens não é uma especificidade de Santarém; ao contrário, parece ser uma constante em toda a Colônia, já que os homens eram preferidos para o trabalho pesado nas produções (SLENES, 2011, p. 81). Para além da função de mão-de-obra, um dado importante que os inventários trazem sobre esta população é a presença de casais com seus filhos, indicando a formação de famílias escravas no cativeiro. Segundo Robert W. Slenes (2011), em pesquisa feita sobre Campinas-SP no início do século XIX, essas "uniões sexuais de duração 'longa' para a época – as, digamos, de 10 anos ou mais – eram bastante comuns entre os escravos de Campinas, como também eram comuns nesse município as crianças nascidas no cativeiro" (p. 77-78).

Os senhores de escravos, esclarece Slenes, incentivavam essas relações matrimoniais interessados nos lucros que a reprodução desses indivíduos lhes traria. Davam aos cativos a autonomia para escolherem seus cônjuges, mas também assumiam um caráter "paternalista" que lhes permitia "sugerir, persuadir, pressionar e, finalmente, aprovar ou vetar os nomes escolhidos" (SLENES, 2011, p. 102). Permitir que os escravos contraíssem matrimônio também aumentava o poder dos senhores sobre essas famílias, que se sentiam reféns das vontades de seus donos, pois a ameaça de venda e o consequente desmembramento familiar era um motivo a mais para a submissão. Além disso, ao formar família, diminuíam suas chances de fuga dos cativos já que os custos lhes seriam maiores e a possibilidade de fuga individual poderia acarretar represálias aos seus entes queridos.

Slenes (2011) notou ainda que os casamentos poderiam ser “mistos” (entre escravos de origens diferentes) ou não. Porém, observou para Campinas maior ocorrência de casamentos entre pares, ou seja, as escravas crioulas preferiam unir-se à homens também crioulos, em detrimentos de africanos. Em Santarém, os inventários nos apresentam alguns exemplos de uniões escravas. O primeiro, é o casamento entre Miguel, de nação Angola, e Anna, de nação tolupa; que aparece no inventário de Onório José da Silva, falecido em 1803. Trata-se da união entre dois africanos, sem a menção de filhos. O mesmo proprietário possuía ainda outra família escrava em sua casa, a união entre Manoel de Brito, um crioulo, e Anna de Souza, mulata, ambos nascidos no Brasil, exemplos que concordam com as descobertas de Slenes.

No inventário de Maria Ferreira, de 1818, o casal formado pelos escravos Antonio e Julianna, ambos denominados apenas por “preto” e “preta”, demonstra possivelmente outra união entre pessoas de mesma origem, sem menção à filhos, sendo Julianna a única mulher escrava desta propriedade. Já em 1820, o inventário de Antonio Caetano da Cunha cita um escravo chamado Antonio com sua esposa não nomeada, mas identificada como “cafuza” e com “uma cria”. O fato de mencionar a criança juntamente com sua mãe e sem descrição de nome, idade ou sexo nos leva a hipótese de que se tratava de um bebê. Percebemos que essa união corresponde a um casamento entre indivíduos nascidos no Brasil, mas com diferença étnica entre eles.

Poucas são as informações sobre como vivia essa população escrava. Spix e Martius afirmam que, em Santarém, “os quintais, nos fundos das casas, são separados uns dos outros por muros baixos de barro, e contêm em geral um telheiro, sob o qual se cozinha, e senzalas para a criadagem da casa” (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 140), nos deixando entrever que, pelo menos em alguns casos, os escravos residiam separados de seus senhores. A relação entre cativos e proprietários era essencialmente pautada pelo trabalho, fosse na cidade ou no campo, sendo que essa convivência marcou fortemente a sociedade colonial, por vezes revelando o lado mais cruel desses senhores. Em inventários de Santarém, por exemplo, encontram-se “grilhões”[5] e “vira-mundo”[6], instrumentos para aplicação de castigos aos escravos, confirmando a condição desumana desses indivíduos.

[5] Encontrados nos inventários de Sebastião Felix Rabelo e Luiza Maria de Vinhoth (1819) e de Antonio Caetano da Cunha (1820).

[6] Espécie de pesado grilhão de ferro com que se prendiam os pulsos ou os tornozelos dos escravos como forma de castigo, presente no inventário de Maria Ferreira, em 1818.

Por estarmos utilizando documentários *post-mortem*, podemos nos perguntar sobre o destino dessas famílias após a morte de seus senhores e do consequente processo de partilha de bens que se segue. Cristiany Rocha (2006), ao estudar este tema para Campinas-SP durante o século XIX, percebeu que a morte do senhor de escravos não significava o desmembramento das famílias cativas, pelo contrário, nas várias propriedades estudadas, a autora não detectou "nenhuma separação de casal de escravos por ocasião da morte do senhor e partilha dos bens" (p. 183). Era comum que, no ato de partilha entre os herdeiros, os casais escravos com seus filhos permanecessem juntos, mesmo que fossem entregues para outros membros da família, acarretando nesse caso uma mudança de moradia e/ou rotina, mas mantendo os laços afetivos.

Para os casos encontrados em Santarém, observamos que se repete o mesmo modelo encontrado por Rocha em Campinas. A morte de Onório José da Silva, por exemplo, não separou nenhum dos seus casais de cativos: os africanos Miguel e Anna foram incluídos no quinhão da viúva D. Anastácia Maria Duarte; já Manoel de Brito e Anna de Souza, foram dados em pagamento da dívida de seu senhor, indo, portanto, para o mesmo dono e permanecendo juntos. O casal de escravos formado por Antonio e sua esposa cafuza com um filho, propriedades de Antonio Caetano da Cunha, foram leiloados devido à ausência de herdeiros, sendo arrematados pelo mesmo indivíduo.

Dessa forma, notamos que os escravos em Santarém, apesar da condição cativa, tinham a possibilidade de formar núcleos familiares que podiam se estender por anos, mesmo depois da morte de seus senhores. Os inventários indicam ainda que era considerável a possibilidade de pelo menos um dos pais escravos conviverem com seus filhos durante os primeiros anos da infância, como mostra o caso da escrava Maria com um filho de quatro anos[7]; ou de Geralda com sua filha de sete anos[8]. No entanto, a boa quantidade de "moleques" e "molecas", dezessete ao todo[9], sem identificação de pais nesses documentos, desperta a dúvida sobre a origem dessas crianças escravas: se foram adquiridas por compra ou se seus pais foram vendidos depois de certo período, o que contrariaria as informações anteriores sobre a separação de famílias, ou ainda se se trata de uma falha dos avaliadores, que ao não identificaram o núcleo familiar no inventário, ignoraram as relações pais e filhos.

[7] Inventário de Francisco Pedro Ferreira, 1819.
[8] Inventário de Anna Thereza da Silva, 1821.
[9] Considerando apenas as crianças denominadas "moleques" e "molecas", excluindo-se as crianças chamadas de "cria".

Sabemos que a criança em si desempenhava um importante papel na sociedade colonial, tanto as escravas como as livres. Porém, mesmo que na Colônia, como afirma Kátia Mattoso (1988), "as idades da vida que correspondem às categorias de infância, adolescência, idade adulta e velhice, são as mesmas para a população livre e para a população escrava" (p. 39), as crianças nascidas em famílias cativas sofriam uma transição que as crianças livres não conheciam: era o "momento em que o filho da escrava deixa de ser a criança negra ou mestiça irresponsável para tornar-se uma força de trabalho para os seus donos" (p. 40). Por meio de pesquisa realizada com dados de Salvador - BA no século XIX, Mattoso assegura que:

> Através dos documentos que conhecemos, e particularmente os testamentos e inventários post-mortem, parece que podemos logo distinguir duas idades de infância para os escravos: de zero aos sete para oito anos, o crioulinho ou a crioulinha, o pardinho ou a pardinha, o cabrinha ou a cabrinha, são crianças novas, geralmente sem desempenho de atividades de tipo econômico; dos sete para os oito anos até os doze anos de idade os jovens escravos deixam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos, mas na qualidade de aprendiz, de moleque ou moleca, termos que designavam outrora todo pequeno negro ou jovem (MATTOSO, 1988, p. 40, 42).

Ainda que o recorte temporal da referida pesquisa[10] esteja alguns anos após os inventários analisados para Santarém, a constatação de Kátia Mattoso pode esclarecer a citada dúvida sobre a menção de "moleques" e "molecas" sem identificação dos pais nas listas de bens, nos levando à hipótese de que a aparente ausência dos pais não significa um estado de orfandade, mas pode indicar a autonomia desse "pequeno negro ou jovem". Das funções que esses meninos e meninas desempenhavam na sociedade colonial, Maria Lúcia de Barros Mott (1989) destaca que no meio urbano "as crianças que ficavam na 'casa grande' eram empregadas no serviço particular do senhor e dos familiares deste. Faziam as vezes de pajem, de moleque-de-recados, ou criada", dentre muitas outras. "Nas fazendas, nos engenhos, nas chácaras e sítios, aos 8 anos, as crianças já eram enviadas às plantações" (p. 89). De modo geral, as "molecas" aprendiam a ser mucamas e os "moleques", além da produção, poderiam aprender ofícios manuais.

No caso das crianças livres, a infância poderia ser o período em que estas receberiam valores morais e religiosos repassados na convivência diária com os familiares e demais frequentadores do domicílio, "práticas educativas por meio das quais aquela classe social garantia a manutenção de seus valores de mundo às novas

[10] A pesquisa de Kátia Mattoso se debruça sobre os últimos trinta anos da escravidão negra no Brasil, porém, ao longo do artigo a autora também se utiliza de fontes anteriores a esse período.

gerações" (ANJOS, 2015, p. 61). Crianças oriundas de famílias de condição social mais elevada poderiam ter acesso à educação formal.

> A partir do século XVIII, tornando-se populares entre as classes abastadas, constituídas, também, por altos funcionários do governo e por ricos comerciantes, que aspiram para os seus filhos uma educação "esmerada", de acordo com aquilo que, à época, era considerado parte do estatuto de distinção entre os sujeitos: saber ler e escrever, ter conhecimentos de teologia, filosofia, retórica e línguas (VASCONCELOS, 2004, p. 25).

Como bem especificado por Vasconcelos (2004), essa prática era mais comum entre as "classes abastadas", já que em lares menos favorecidos a realidade das crianças poderia se restringir a realizar tarefas juntamente com os pais na produção familiar. Para Santarém, os inventários nos trazem um contingente expressivo de crianças[11] livres, um total de 48 indivíduos. Porém, estima-se que esse número fosse bem maior, já que 11 dos 29 inventários não descrevem as idades dos herdeiros. Esses documentos também não costumam fornecer informações sobre o cotidiano dessas crianças, não nos permitindo saber suas atividades e se elas tiveram acesso à educação, fosse doméstica, por meio de preceptores nos lares; ou formal, frequentando escolas.

Contudo, a obra de Antonio Baena (2004) aborda, mesmo que de forma não aprofundada, a presença de escolas na Comarca de Belém do Pará. Na "cabeça da comarca", isto é, em Santa Maria de Belém do Grão-Pará, Baena afirma que:

> No Convento de Santo Antonio estão em atividade duas escolas: uma gratuita de Gramática Latina ensinada pelo digno religioso e venerando ancião Frei Antonio de Santa Thereza, e outra do ensino mútuo paga pela Tesouraria da Província (BAENA, 2004, p. 192).
>
> Há também uma Casa de Educandas estabelecida pelo Bispo Dom Manoel de Almeida de Carvalho no ano de 1804 em benefício das Meninas Gentias, que na sua visita do sertão fez transportar para a cidade (Idem, p. 193).

Notamos que a educação no Grão-Pará ainda estava estritamente atrelada à religião, aparentemente mantendo uma perspectiva civilizatória. Ao todo, havia em Belém seis escolas de "Primeiras Letras": três de meninos, uma de meninas e duas de ensino lancasteriano[12]. Em cada vila da Comarca havia uma escola, incluindo "em Santarém com professor" fixo (p. 204), sem especificar se se tratava de ensino com diferenciação por sexo. Santarém contava ainda com uma escola de "Língua Latina",

[11] Seguindo o parâmetro de Mattoso (1988) que considera o "ser criança" até os doze anos de idade.
[12] Modelo educacional criado no século XIX pelo pastor Joseph Lancaster que visava escolarizar a população em menos tempo e com menores custos. Chegou ao Brasil em 1827, seguia ideais conservadores e se tornou amplamente utilizado pelo Estado brasileiro. Ver: FERREIRA; SCHWARTZ; KROHLING (2016).

com um professor recebendo honorário de trezentos mil réis (300$000). Escolas de Retórica, Filosofia, Língua Francesa e Geometria só existiam em Belém, mas sobre o currículo Baena afirma:

> O ensino não é uniforme em toda a Província: em muito poucas destas escolas menores se ensina a Gramática Portuguesa de Lobato, a Aritmética de Bezout, o Compreendido do Catecismo da Religião Cristã do Bispo de Montpellier, e outros livros elementares (Ibidem, p. 205).

Apesar de os inventários não nos permitirem entrever a relação das crianças com a educação formal, o número reduzido de Escolas e professores em Santarém sugere que a quantidade de alunos também não poderia ser tão elevada. A falta de datação precisa dos dados de Baena deixa dúvida sobre a educação aplicada na Vila e para quem se destinava. Contudo, a presença de livros entre os bens de alguns inventários pode significar que já havia na Vila de Santarém "ofícios que exigiam uma educação mais técnica e esmerada" (VILLALTA, 1997, p. 18). Antonio José Ribeiro Lima[13], por exemplo, possuía alguns livros, sendo eles uma "descripção de Portugal", uma "Arithimetica", uma Gramática Latina e um "Dicionário latino e português", bens pouco comuns para os padrões coloniais, "onde imperavam a falta de livros e o desinteresse por leitura" (SILVA, 2010, p. 79).

Segundo Luiz Antonio da Silva (2010), os livros na Colônia "pertenciam principalmente a membros do clero, como também a profissionais liberais que por força de seus ofícios dependiam de livros" (p. 76). Nesse sentido, o fato de o inventário de Antonio José Ribeiro Lima trazer a descrição de "sete garrafas cheias de tinta de escrever" e a ausência de atividades agrícolas[14] e escravos, a posse dos já referidos livros pode indicar o exercício de algum ofício urbano em Santarém, talvez advogado, médico, funcionário público ou mesmo professor.

Apesar do caráter incomum, as fontes evidenciam outra residência com livros em Santarém, nesta em volume suficiente para caracterizar uma biblioteca particular. Trata-se do inventário de Lourenço Xavier de Souza que traz, em 1821, a descrição de "uma estante com dezoito Livros Latinos [...] avaliado pelos avaliadores no preço e na quantia de três mil réis" (3$000). Situação parecida foi encontrada pelo viajante Henry Walter Bates, por volta de 1850, às margens do Rio Tocantins, em Baião no Pará, onde:

---

[13] Inventário de 1818.

[14] A ausência de atividades agrícolas normalmente indicava o domínio de algum ofício exercido no meio urbano. Ver: FARIA, Sheila (1998).

> Um jovem mameluco, chamado Soares, o escrivão, levou-me à sua casa para mostrar-me a biblioteca. Fiquei surpreso de aí encontrar uma coleção dos melhores clássicos latinos – Vergílio, Terêncio, as cartas de Cícero e Tito Lívio (BATES, 1944, p. 161).

E acrescenta:

> [..] certamente coisa inesperada encontrar uma biblioteca de clássicos numa cabana de taipa e coberta de barro, coberta de folhas de palmeiras das margens do Tocantins (Idem).

O viajante relata que devido sua dificuldade com o idioma brasileiro, não pôde entender o uso que o escrivão fazia das obras. No caso de Santarém, os inventários também não oferecem informações específicas que nos permitam afirmar a origem e o uso dos livros por eles citados, podemos apenas sugerir que seus donos, talvez ligados às elites, os possuíam devido aos seus ofícios. Ou, como afirma Silva (2010), essas bibliotecas podiam ter "papel simbólico de reafirmação de status social de seus proprietários, muitas vezes iletrados, e, para tal, eram motivo de exibição, ocupando lugar de destaque nas residências" (p. 85). Assim, seriam necessárias outras fontes para que se pudesse compreender com clareza a dimensão da educação e suas formas de aplicação na Vila.

Entre os herdeiros das famílias da Vila de Santarém, há também aqueles que já haviam ultrapassado a fase da infância, o que, segundo os costumes coloniais, significava que precisavam formar suas próprias famílias. Nesse sentido, a preocupação com o casamento aparece de maneira diferente para homens e mulheres, demonstrando que estas casavam-se mais cedo do que aqueles. Onório José da Silva (1803), por exemplo, tinha duas filhas já casadas, Anna Antônia do Nascimento então com 17 anos, e Rosa Maria, de 15 anos. Já seu primogênito, José Duarte Maduro ainda é descrito como solteiro, mesmo nos altos de seus 19 anos.

Em 1820, as filhas de Venâncio José de Souza e Maria do Carmo também já eram casadas, Catharina de Sousa aos 15 anos e Maria Luiza, que não teve sua idade especificada, mas por ser a primogênita supõe-se que tinha idade próxima à da irmã, sendo inclusive seu esposo José Miguel Pereira o inventariante dos sogros aqui citados. A pouca idade com que as filhas moças se casavam na colônia é melhor comentada por Miridan Knox Falci ao estudar as *Mulheres do Sertão Nordestino* no século XIX:

> [...] tão logo passadas as "primeiras regras" (menstruação) e a mocinha fizesse corpo de mulher, os pais começavam a se preocupar com o futuro encaminhamento da jovem para o matrimônio. [..] E assim a confecção de enxovais iniciada aos 12 anos de idade das meninas, com peças de linho mandadas bordar e guardadas em papel de seda em baús; os conselhos amigáveis da mãe experiente para que a moça tivesse um comportamento

> moderado e repleto de solicitude, "para poder casar", inculcavam na vida feminina a noção da valorização da vida matrimonial e, ao mesmo tempo, imprimiam-lhe uma profunda angústia, caso ela não viesse a contrair casamento antes dos 25 anos de idade (FALCI, 2012, p. 256).

Esse padrão, porém, tinha suas exceções, como é o caso de Thereza, uma jovem solteira de 20 anos, filha de Francisco Pedro Ferreira[15] e dona Romana Thereza. Mas a vida de uma mulher solteira nesse período poderia ser complexa, colocando-a numa situação de vulnerabilidade socioeconômica não vivenciada por mulheres que contraíam matrimônio, principalmente se viesse de família sem posses. Para Carlos Bacellar (2001), na sociedade colonial[16] de fins do século XVIII e início do XIX "o casamento ou a união consensual era, antes de tudo, o melhor caminho para se garantir condições mínimas de sobrevivência" (p. 73). O processo do casamento era vivido de maneira diferente por mulheres da classe dominante e outras da classe popular, pois na elite o compromisso era firmado entre as famílias, num acordo que considerava mais os aspectos econômicos e sociais do que a vontade dos noivos. Já o casamento da mulher pobre "não era nem 'acertado' entre as famílias nem envolvia dote" (FALCI, 2012, p. 262).

Depois de casada, a mulher desempenhava importantes funções no seio familiar e também fora dele, assumindo papel crucial para a sustentação da família, seja em termos educacionais/administrativos ou mesmo econômicos. Vários são os exemplos percebidos nos inventários de Santarém, desde mulheres com vida socioeconômica confortável, dispondo de vários escravos para as atividades do dia-a-dia, até mulheres que tinham marido ausente e precisavam criar seus filhos sozinhas; ou ainda aquelas que tinham sua condição social mudada pela viuvez. Ao falar da mulher colonial, Bacellar nos informa que "de sua imagem de submissa ao marido, resguardada no lar, ausente na história, pouco ficou intacto, principalmente diante de análises que recuperaram seu papel atuante nas mais diversas conjunturas coloniais" (2001, p. 161). Acrescenta que "em Sorocaba, a presença de mulheres chefiando domicílios era rotineira, quer fossem elas casadas, solteiras ou viúvas" (Idem).

Em Santarém, Leonor Cândida do Carmo, falecida em 1821, foi um exemplo clássico da mulher casada, com filhos, escravos e usufruindo de uma posição social satisfatória. Esposa de João Gomes Pereira e mãe de quatro filhos com idades não especificadas em seu inventário, D. Leonor possuía várias propriedades na Vila e fora

[15] Inventário de 1819.
[16] A pesquisa de Carlos Bacellar é voltada para a cidade Sorocaba, São Paulo, nos séculos XVIII e XIX.

dela, incluindo uma fazenda do tipo "secos e molhados"[17] e atividades de pecuária, contando ainda com o expressivo número de trinta escravos. A descrição de "um barco encalhado no Pará" no valor de um conto de réis nos mostra que esta família tinha negócios que chegavam à capital da Província, não restando dúvidas da boa condição econômica em que viviam.

Eugenia Pereira do Lago, viúva de Francisco Xavier de Oliveira Rego em 1818, também foi uma mulher casada, proprietária de escravos e com status social. Há muitos bens descritos no inventário de seu cônjuge, como duas casas bem localizadas na Vila de Santarém, grandes plantações de cacau em sítios no rio Tapará, boa quantidade de escravos para a época (23), gados e inúmeras ferramentas e embarcações, além de itens de luxo como talheres e relógio de prata. Chama a atenção também a descrição de enormes quantidades de peças de tecidos variados, agulhas, linhas e outros artigos do gênero, nos permitindo identificar que se tratava de uma família que, além de atividades agrícolas, também se dedicava ao comércio na Vila.

Contudo, Eugenia Pereira não tinha filhos[18], uma condição incomum para famílias na Colônia, já que "as crianças integravam decisivamente o contexto familiar" (FIGUEIREDO, 2012, p. 177). Como viúva, D. Eugenia provavelmente manteve seu padrão de vida confortável mediante os bens herdados do marido, no entanto a ausência de filhos que pudessem tocar os negócios da família, mesmo que a longo prazo, pode tê-la influenciado a abrir mão de certas atividades econômicas. É o que fica evidente no auto de leilão que mandou fazer a viúva, no qual foram arrematados o sítio produtor de cacau, a maioria dos escravos, embarcações e uma das casas na Vila, sem os quais a situação econômica certamente sofreu mudanças.

Ser casada e possuir bens, porém, não significava que a mulher não desempenhasse atividades na sociedade colonial. Ao tratar das *Mulheres nas Minas Gerais* nesse período, Luciano Figueiredo nos conta que o cotidiano exigia a repartição de tarefas para a manutenção do grupo doméstico e "mesmo com a presença dos parceiros nessas uniões, à mulher cabiam funções determinantes para a sua manutenção: umas ocupadas no pequeno comércio, outras na administração da casa e dos negócios do companheiro, permanentemente, ou em sua ausência" (2012, p. 178). Nesse sentido, é inegável a importância de mulheres como Leonor Cândida e Eugenia Pereira para

[17] Comércio de gêneros alimentares sólidos e líquidos que se vendiam geralmente em mercearias e em lojas de retalho.
[18] A ausência de filhos pode significar que dona Eugenia tenha ficado viúva após pouco tempo de casada, mas essa informação só poderia ser confirmada através de outras fontes para além dos inventários.

Santarém, já que as propriedades fora da Vila exigiam a constante presença de seus maridos, ficando para elas a responsabilidade do núcleo familiar e demais atribuições enquanto durasse essa ausência.

Em lares mais pobres como parece ser o de Raimunda Maria de Sousa, a viuvez poderia agravar em muito o sustento da família. Seu falecido esposo Antonio Joaquim da Costa[19] era, ao que indica seu inventário, um pequeno plantador de cacau, sendo declarado entre seus bens apenas algumas ferramentas e pouquíssima mobília. A declaração de doze laranjeiras frutíferas mostra que a venda dessas frutas acrescentava a renda por certo período do ano. Não havia bens valiosos como escravos ou joias com os quais a viúva poderia se garantir juntamente com seus cinco filhos ainda solteiros, no entanto, a presença de "duas rodas de fiar" e um "tear de fazer rede" podem ter sido uma válvula de escape, já que com o falecimento do esposo, o "cacoal na costa do Amazonas" foi arrematado em leilão.

Bacellar explica que viúvas proprietárias de escravos tinham maiores chances de tocar a propriedade do que aquelas que não contavam com essa mão-de-obra. Sendo assim, "uma opção para essas mulheres que não conseguiam se manter como lavradoras era tornarem-se fiandeiras" (2001, p. 164). O caso de Ignacia Francisca parece ser ainda mais delicado pois, mesmo casada, cuidava sozinha da família com cinco filhos ainda crianças, já que seu marido Manoel Ignacio Caetano[20] vivia "preso na cidade do Pará"[21] onde faleceu. De herança lhe ficaram "uma casa com cinco laranjeiras"; uma pequena propriedade fora da vila com uma casa, 1.640 pés de cacau e duas roças, um barco, uma canoa pequena, pouquíssimas ferramentas e mobília. De mais valioso, possuía "uma imagem de Nossa Senhora da Conceição de ouro" e um "anel grande de ouro com pedra diamante"[22] no valor de oito mil réis cada, mas nenhum escravo, sugerindo que dona Ignácia pagava pela mão-de-obra de que necessitava no cultivo do cacau.

Receber ajuda de terceiros também era uma possibilidade, como cita Bacellar:

> Assim, se os indícios comprovam que a mulher podia de fato chefiar seus domicílios, também sugerem que, muitas vezes, tal posição era precária. De poucas posses, quando não no limiar da miséria, a grande maioria dessas mulheres vivia de modo precário e, por que não, dependentes de terceiros.

[19] Inventário de 1821.
[20] Inventário de 1819.
[21] Baena esclarece que Santarém não possuía cadeia, o que explica essa prisão fora da Vila.
[22] Esse tipo de joia valiosa em inventários de indivíduos de posses medianas pode indicar que fosse um artefato de família entregue em razão do casamento, como uma espécie de dote. Ver ALGRANTI (1998).

> Esta situação insegura fazia sua sobrevivência correr ao sabor da conjuntura, por vezes levando a vida autonomamente, por outras subordinada a alguém de maiores posses (BACELLAR, 2001, p 169).

O "sabor da conjuntura" podia ser amargo para mulheres que se viam obrigadas a chefiar suas famílias sozinhas sem nenhuma garantia econômica, o que as empurrava para determinados ofícios. Na verdade, mesmo antes da viuvez, "as mulheres pobres [já] não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras" (FALCI, 2012, p. 250). Ou ainda poderiam dominar outros tipos de trabalhos manuais, é o caso registrado por Baena para algumas mulheres de Santarém:

> Distinguem-se aqui certas mulheres pela indústria, com que fazem boas esteiras de palhinha fina e pacarás, os quais são uns peque nos baús de folhetas de madeira leve cobertas por dentro e por fora de palha do grelo de inajá tecida e pintada de diversas cores, cujo matiz é donoso (BAENA, 2004, p.254).

Portanto, saber trabalhar com a terra ou dominar algum ofício antes e/ou durante o casamento poderia ser uma garantia para o futuro de mulheres sem posses. Aqui, o tema da viuvez se mostra importante pelo fato de estarmos trabalhando com documentos relacionados à óbitos, se aplicando tanto para mulheres quanto para homens. O número de viúvas em Santarém, contudo, ultrapassa o de homens na mesma condição (7 viúvos para 29 inventários), uma realidade que não difere de outros lugares pois "a diferença etária entre os cônjuges, onde o marido sempre era mais velho" dava à mulher uma "longevidade teoricamente mais elevada" (BACELLAR, 2001, p. 162). Mas quem foram esses homens no cotidiano da Vila de Santarém de fins da colônia?

Ao sair da infância, o jovem rapaz colonial quase sempre se via diante da necessidade de ser economicamente produtivo, mesmo que continuasse a integrar o núcleo familiar dos pais. Para isso, podia optar em ter sua própria produção agrícola, aprender um ofício, vender sua força de trabalho à terceiros ou seguir carreira militar; seu futuro, entretanto, era muito influenciado pela condição familiar da qual era fruto. Assim como para a mulher, um passo importante na vida do homem era o casamento, para o qual deveria se preparar economicamente, já que, pelo menos em classes abastadas, precisava mostrar-se um "bom partido"; ou de qualquer modo, deveria dispor de recursos mínimos para sustentar a futura família. Assim:

> Ao chegar à idade pubertária ou adulta, o jovem deveria dispor de condições para sustentar a esposa em um domicílio que, rapidamente, viria a se expandir com a chegada dos primeiros rebentos. Pelo que se pode perceber, nesse momento o jovem tinha, à sua frente, as seguintes opções: abandonar o fogo paterno, estabelecendo moradia própria seja nos roçados do pai, seja em

> terras alheias ou devolutas, ou permanecer, mesmo que provisoriamente, no lar paterno, cultivando em parceria com a família as mesmas lavouras (BACELLAR, 2001, p. 74).

A busca por formar uma família, percebida na preparação econômica do jovem, se deve ao fato de que "o casamento sacramentado conferia status e segurança aos colonos, tornando-o desejável tanto pelos homens quanto pelas mulheres", assim, unir-se em matrimônio "dignificava as pessoas" (ALGRANTI, 1997, p. 87), tornando-as respeitadas socialmente. Sheila Faria (1998), ao analisar dados de Campos dos Goitacazes-RJ no final do século XVIII, notou que o casamento era assim um "indicador de estabilidade", pois "permitia a propriedade de 'bens de raiz', como casas e sítio rurais (p. 168). Permanecer solteiro dificultava o "enraizamento" do homem em uma localidade, ficando sujeito à constantes mudanças de atividade econômica e de endereço, conforme a necessidade. Mas embora não fosse a regra, alguns homens "permaneceram solteiros e comerciantes e, mesmo assim, proprietários de bens de raiz" (Idem).

É o caso de João de Mello Rodrigues Viana, capitão, morador da Vila de Santarém, que falecera em 1817 sem esposa e sem filhos. Seu inventariante Francisco Xavier de Oliveira Rego declarou entre os bens do capitão "uma propriedade de casas com oito braças de frente para a Rua do Castello" e mais duas terras fora da Vila, uma no "Rio Ituqui" e a outra em "Urucuritu", onde tinham "pés de cacau", "fruteiras" e "roçados". Essas informações não deixam dúvidas de que o Cap. João de Mello era um produtor agrícola, bem como, a presença de muitas "peças", "varas" e "côvados" de tecidos além de "libras" de algodão e "arrobas" de ferro mostra que ele se dedicava também a atividades comerciais. Devido a inexistência de herdeiros, todos os seus bens foram leiloados após seu falecimento.

Solteiro também era Antonio Caetano da Cunha, no entanto, este não residia na Vila, vivia numa "morada de casas de vivenda no cacual do Tapará" com mais de oito mil pés de cacau, onde cultivava também o algodão. Possuía dez escravos[23], sendo cinco homens, três mulheres e duas crianças pequenas. Nota-se, assim, que mesmo solteiros esses homens conseguiram se estabelecer economicamente e conquistar certa estabilidade. Os inventários não nos permitem compreender o porquê desses indivíduos optarem pelo não-casamento, mas Faria (1998) destaca que em alguns casos havia um estado de "amasiamento" com escravas. Para os casos aqui citados, o Cap. João de

[23] Antonio Caetano da Cunha é um dos que possuíam famílias escravas em sua propriedade, como já citado neste trabalho.

Mello possuía apenas escravos homens; já Antonio Caetano de fato tinha em sua posse uma escrava chamada Izabel com um filho de pai não identificado, mas não há indícios que levem à possibilidade de envolvimento entre eles.

Ainda que nosso objetivo não seja aprofundar a análise sobre as diferentes atividades econômicas exercidas em Santarém, é importante nesse momento destacar que, para sustentar suas famílias, os homens sem posses rurais recorriam à ofícios tipicamente urbanos. Com isso, "passaram a residir na vila pessoas com diversas profissões manuais, como carpinteiros, sapateiros, ourives, alfaiates, calafates, pequenos oficiais da Câmara, médicos ou 'licenciados'" (FARIA, 1998, p. 166). Francisco Antonio Ferreira de Abreu, por exemplo, em seu inventário de 1803, aparece como morador da vila de Santarém, dono de "sete braças de chão na rua Santa Cruz com fundos para a campina" e mais "quinze braças de chão na rua Espírito Santo". Era casado com Guiomar Joanna Roza, pai de um bebê recém-nascido, possuía uma "escrava com boa idade" e pouca mobília. O que chama a atenção entre seus bens é "uma tesoura de alfaiate mais um ferro de engomar", além de algumas fivelas de sapatos (masculino e feminino) e pares de botões. Essas informações somadas a ausência de bens de raiz e de produção sugerem que Antonio Ferreira Abreu exercia o ofício de alfaiate no dia-a-dia da Vila.

No ambiente doméstico, certas incumbências cabiam necessariamente ao homem, pois era o marido quem administrava as finanças da casa, comprando inclusive itens de uso íntimo de outros membros da família, como vestidos e joias, mais evidente em caso de famílias afortunadas. A atuação do chefe da casa passava pelo "cuidado com a educação formal dos filhos, o auxílio para estabelecimento dos mesmos [...], um certo interesse pelo conforto doméstico, pelo equipamento da casa, sem descuidar, é claro, dos negócios" (ALGRANTI, 1997, p. 138). Geralmente, "era o pai abastado e generoso quem providenciava o bem-estar de toda a família" (Idem, p. 139), mas mesmo pessoas pobres nutriam preocupação com o futuro de seus filhos, ensinando-os desde cedo seus ofícios ou preparando-os para lidar com as propriedades que um dia herdariam.

Assim, notamos que os sujeitos coloniais encontrados na Vila de Santarém no início do século XIX não diferiam essencialmente daqueles presentes em outras localidades, sendo possível perceber semelhanças de funções e comportamentos com regiões como o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e outras regiões do Nordeste. Os homens e mulheres que compunham o cotidiano da Vila, apesar das diferenças étnicas e econômicas, se relacionavam de diversas maneiras, fosse por meio

de laços familiares e afetivos, relações de trabalho e interdependência. Tais indivíduos, no âmbito de suas realidades, desenvolviam suas funções sociais e econômicas, deixando transparecer seus modos de vida e visão de mundo por meio dos hábitos cotidianos que cultivavam.

Capítulo 2 – Materialidade e práticas cotidianas

Para entender o cotidiano das famílias santarenas é preciso adentrar os espaços de intimidade – as moradias. É no interior das casas que se desenvolvem as relações interpessoais e práticas cotidianas, além de ser também o espaço primordial da produtividade familiar. Para Leila Mezan Algranti (1997), os domicílios guardam "fragmentos da intimidade dos indivíduos e da vida doméstica propriamente dita, muitas vezes impressos em resquícios da vida material e dos costumes domésticos, tecendo assim, algumas relações entre o domicílio e os indivíduos que ele abriga" (p. 89-90).

Em Santarém, os relatos de viajantes do início do século XIX apontam para a simplicidade e uniformidade na arquitetura das casas, demonstrando tratar-se de uma vila ainda pouco urbanizada e de tamanho reduzido. Spix e Martius, por exemplo, ao passarem por Santarém em 1820, contam que "diversas filas de casas de um só pavimento formam a rua principal e outras laterais, e apresentam aspecto de asseio e comodidade" (2017, p. 139). Apesar de afirmarem que Santarém "é a vila mais importante de todo o Amazonas, e a sua situação garante-lhe rápido florescimento e opulência", os viajantes destacam que:

> Aqui, como nas demais vilas do interior do Pará, as paredes das casas são de pau a pique, barreadas e caiadas de branco. O teto é coberto com telhas côncavas ou com folhas de palmeira. Poucas são as casas que têm fundamentos e alicerces de alvenaria ou tijolos (2017, p. 139).

Ao fazer referência às residências indígenas, esses viajantes fazem certa diferenciação do padrão apresentado acima, chamando-as de "choças dos índios" que, por sua vez, formavam "um quarteirão separado, mais baixo na margem do rio do que as casas dos brancos" (SPIX; MARTIUS 2017, p. 144). Hercule Florence, em passagem por Santarém no ano de 1828, também notou o "aldeamento de índios", afirmando que os indígenas "com pouco se contentam: uma choupana, umas plantaçõezinhas, algumas galinhas, roupa pouca de algodão, uma viola, eis o que desejam" (FLORENCE, 2007, p. 264).

A ausência de casas de alvenaria, no entanto, não parece ser uma especificidade de Santarém e outras localidades paraenses nesse período. Segundo Algranti (1997), o período colonial caracteriza-se por "certa homogeneidade nas construções urbanas, como casas de tamanho reduzidos, de apenas um andar, nas quais

predominavam os materiais disponíveis na região, como o barro, madeira ou pedras" (1997, p. 90). Os famosos sobrados coloniais que surgiram no início do século XIX no Rio de Janeiro, por exemplo, provavelmente só chegaram em Santarém próximo à segunda metade dos Oitocentos. Até então, Spix e Martius apontam o uso de materiais locais na construção das moradias:

> Em vez de vidraças, veem-se por toda a parte somente venezianas de madeira ou de trançado fino. O chão raras vezes é assoalhado; em geral é coberto de tijolo, ou, nas casas mais pobres, é de terra batida. As portas consistem, quase por toda a parte, em dois batentes, cada um dos quais é feito de uma só tábua. As paredes são caiadas de branco ou de amarelo com tabatinga, tirada de enormes jazidas nos rios; para melhor ligar esse material, amassa-se não somente com água, mas também com uma parte do leite viscoso da sorveira, árvore da família das apocináceas (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 140).

Os inventários não oferecem informações sobre a arquitetura externa e os materiais utilizados na construção das casas, descrevendo na maioria dos casos apenas a localização e o tamanho dessas propriedades, raramente especificando o tipo de cobertura – palhas ou telhas. Há ainda uma lacuna a respeito da quantidade de cômodos nessas moradias, pois somente quatro[24] dos 29 inventários analisados cita cômodos, sendo os mais comuns sala, cozinha, alcova e corredor. Situação diversa daquela encontrada por Isabel Augusto (2007) que, ao analisar o mesmo tipo de documentação referente a Belém, notou a descrição de espaços internos, porém diferente para moradias urbanas e rurais:

> O principal ponto a ser destacado nestas moradias [urbanas] é que, ao contrário das existentes no termo rural da cidade, continham a distribuição de seus espaços internos determinada nos inventários, revelando seu caráter de espaço de sociabilidade. Alguns cômodos não tiveram o uso especificado nas descrições, sendo descriminados genericamente como quartos ou "casas", o que sugere que ficava a cargo dos moradores definirem os usos dos mesmos (AUGUSTO, 2007, p. 93).

A autora atribui o "silêncio das fontes" sobre a divisão interna das casas rurais de Belém à alguns aspectos, sendo um deles "a simplicidade de materiais e de técnicas empregados nestas construções" (p. 95). Contudo, em Santarém tanto as casas na vila quanto as casas no rio não têm descrição de cômodos. Da mesma forma, as fontes indicam que essa ausência de dados não está ligada aos valores das propriedades, como podemos notar no inventário de Onório José da Silva (1803) que teve sua "morada de casa coberta de telha com dez quartos e corredor na Rua da Praia", avaliada em 360$000 (trezentos e sessenta mil réis). Já a "morada de casas na Rua da Praia" de

[24] Inventários de Onório José da Silva (1803); Antonio José Ribeiro Lima (1818); Tenente José de Carvalho e Maria Raimunda (1823) e Anna Thereza da Silva (1821).

Francisco Xavier de Oliveira Rego (1818) foi avaliada em 1:000$000 (um conto de réis), valor muito acima da anterior.

Não podemos dizer que casas de alto valor como a de Francisco Xavier descrita acima não possuísse divisões internas. Ao contrário disso, concordamos com Augusto (2007) ao considerar que "o número [de] cômodos, assim como o tamanho das casas era um fator relevante na avaliação dos imóveis, refletindo na grande diferença de valores entre casas de um único cômodo das demais" (p. 93). O fato de essas informações não constarem na documentação de Santarém como consta para Belém constitui-se uma dúvida que não poderá ser suprida apenas pelas fontes em questão.

Apesar dessa lacuna, os relatos de viajantes conseguem oferecer minimamente detalhes internos das moradias de Santarém. A obra de Spix e Martius, no entanto, não se limitou ao exterior das casas, estenderam-se ainda à divisão de cômodos e suas possíveis utilizações.

> As salas são espaçosas e às vezes têm portas dando para a rua no lugar das janelas, porque eventualmente podem vir a servir como armazém. Muitas vezes é grande o número de quartos em fila, os quais, conforme a necessidade, se dividem para moradia de diversas famílias. Os quintais, nos fundos das casas, são separados uns dos outros por muros baixos de barro, e contêm em geral um telheiro, sob o qual se cozinha, e senzalas para a criadagem da casa (2017, p. 140-141).

As salas espaçosas, além da possível função de armazém, também podiam se destinar ao acolhimento de visitas, como o ilustre viajante Walter Bates em meados do século, que relatou ser "o melhor aposento de cada casa reservado para as recepções [...] ao meio dia, que é a hora habitual das visitas", sendo que "na sala há um sofá e cadeiras de vime, laqueadas e douradas, dispostas em quadro" (BATES, 1944, p. 8). A preferência por uma moradia com "grande número de quartos em fila" refere-se aos diversos usos que a casa colonial possuía para convivência familiar. Segundo Nestor Goulart Reis Filho (1978), a divisão da casa refletia uma espécie de determinação dos espaços para os diferentes componentes do núcleo doméstico:

> As salas da frente e as lojas aproveitavam as aberturas sobre a rua ficando as aberturas dos fundos para a iluminação dos cômodos de permanência das mulheres e dos locais de trabalho. Entre estas partes com iluminação natural situavam-se as alcovas, destinadas à permanência noturna e onde dificilmente penetrava a luz do dia. A circulação realizava-se sobretudo em um corredor longitudinal que, em geral, conduzia da porta da rua aos fundos (REIS FILHO, 1978, p. 24).

Em famílias de poucas posses, segundo Algranti, as casas "consistiam em pequenas choupanas com apenas um ou dois cômodos, nos quais se dormia, cozinhava e

que muitas vezes abrigava uma pequena oficina" (1997, p. 99), podendo ser usados para mais de uma função. O uso dos espaços também podia ser indicado pela mobília, especialmente em domicílios de pessoas que dispunham de meios econômicos para adquiri-la. A esse respeito, Spix e Martius nos oferecem um cenário do que seria o mobiliário comum encontrado na sala de uma casa santarena:

> A esse simples modo de construção corresponde o mobiliário das salas. Móveis foros são raros, embora haja à mão muitas das mais preciosas madeiras, como a muirapinima. As cadeiras são usualmente de palhinha ou forradas de couro; em vez do sofá, penduram algumas redes de algodão branco, finamente tecidas com desenhos delicados, não feitas a ponto de malha; há também um pequeno espelho. Em vez de lustres, usam grandes lampiões de latão, nos quais arde, em diversas mechas, o óleo de rícino (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 140).

De forma geral, a principal função do mobiliário era garantir as práticas cotidianas realizadas no domicílio, servindo minimamente ao bem-estar da família:

> No que toca ao conforto doméstico e à decoração dos interiores [...] a precariedade do mobiliário e dos ambientes domésticos era comum a toda a Colônia, salvo algumas exceções como as casas de certos capitães-mores e de alguns ricos fazendeiros. No geral, a modéstia do mobiliário fica evidente nos depoimentos colhidos, revelando a inexistência de espaços aconchegantes para o convívio familiar. Poucas cadeiras, uma ou duas mesas com seus bancos, além de algumas caixas e baús é o que se encontra na maior parte das vezes, por exemplo, nos inventários paulistas (ALGRANTI, 1997, p. 105).

Augusto (2007) contudo, sem desconsiderar a constatação de Leila Algranti sobre a precariedade do mobiliário colonial comum em inícios do século XIX, notou que essa simplicidade se traduziu de maneira peculiar nas moradias de Belém do Pará. Os inventários demonstraram que a materialidade dos domicílios rurais da capital era composta por "grande quantidade de artefatos ligados à produção", revelando que a rotina dessas famílias estava centrada nas atividades produtivas por elas realizadas:

> Despontavam conjuntos de equipamentos voltados para as principais produções locais: a aguardente, a farinha e o trato do algodão [...]. Outros objetos tinham os seus usos compartilhados, podendo ser úteis tanto na produção como no convívio íntimo: caixas, baús e bufetes serviam tanto para a estocagem de produtos, evitando o ataque de insetos e bichos, como serviam para proteger vestimentas, louças e objetos que demandavam cuidados (AUGUSTO, 2007, p. 102).

Já nos domicílios das freguesias urbanas de Belém, a materialidade aponta para uma maior preocupação com o conforto familiar e o "preenchimento de algumas expectativas de luxo". Segundo a autora, os inventários descrevem itens como candeeiro, colchão, travesseiro, almofadinha, lenços de linho, além de talheres de diversas funções e tamanhos. O número reduzido de bens de produção descritos na

cidade em comparação aos domicílios rurais, mesmo para pessoas que dependiam de ferramentas em seus ofícios, é outra evidência das diferentes práticas culturais vivenciadas nesses dois núcleos.

> O viver em freguesias urbanas estava condicionado a práticas de sociabilidade mais determinadas, o que tornava tais moradias sujeitas à visita e acolhimento de pessoas estranhas. Por isso, a mobília e materialidade disponíveis pareciam estar mais voltadas para as práticas de convívio e de sociabilidade do que as propriedades rurais [...]. Nestas residências, a preocupação evidente não era somente com a privacidade e o interior do domicílio, mas com o mundo exterior que adentrava pela porta, que exigia dos moradores condições compatíveis com suas vidas sociais, com o universo social do qual faziam parte. (AUGUSTO, 2007, p. 105).

Em Belém, o "morar na cidade" exigia um mobiliário que correspondesse às práticas de sociabilidade que o ambiente urbano acarretava, onde a maior exposição ao olhar externo estimulava os moradores a seguir determinadas regras sociais atípicas no meio rural. Nestes, a convivência com vizinhos era condicionada pela distância de uma propriedade à outra, ficando os núcleos familiares mais voltados ao trabalho e à preservação da privacidade.

É importante destacar que, no período colonial, era comum encontrar famílias que possuíssem os dois tipos de moradia: uma casa na vila e outra na área rural. Sheila Faria (1998), analisando a região de Campos dos Goitacazes, explica que a população morava quase que exclusivamente nas áreas rurais até a metade do século XVIII. As casas na vila ficaram mais recorrentes após 1760, quando grande parte dos moradores, "a não ser que fossem muito pobres, possuíam essa segunda residência" (1998, p. 167). A autora associa o crescimento do espaço urbano aos interesses comerciais, já que os "núcleos urbanos coloniais tornaram-se o lugar por excelência do comércio", mas que "se explicam e funcionam pelo mundo rural à sua volta" (p. 165, 166).

A posse de duas moradias não necessariamente dividia a família em dois polos de habitação. Faria (1998) esclarece que a vila constituía um ambiente de transitoriedade, voltada primordialmente para o comércio, por isso a casa rural continuava sendo a principal moradia dessas famílias. Spix e Martius citam, por exemplo, alguns "fazendeiros, que têm as suas plantações próximas, e só raramente, sobretudo na ocasião dos maiores dias santos, vêm à cidade [de Santarém]" (2017, p 141), demonstrando a relação comercial com a vila, mas também cultural, sendo esta o lugar onde se participa de festividades e manifestações religiosas.

Do conjunto documental analisado para Santarém, quase a metade dos moradores possuíam mais de uma residência, sendo normalmente uma localizada dentro da vila e outra em regiões de rio (várzea). Considerando a historiografia citada, estima-se que a casa da várzea era o centro da produção familiar, onde se cultivavam as plantações e criavam os animais. A moradia da vila abrigava outras funções, podendo servir às atividades comerciais ou como lugar de paragem para dias específicos, concordando com o relato dos viajantes. Porém, ao nos debruçarmos sobre a materialidade dessas famílias, os inventários não nos permitem identificar a qual moradia cada bem descrito pertencia, já que não existe nenhuma especificação desse tipo. Sendo assim, no que se refere à materialidade de moradias urbanas e rurais, a análise se concentrará em famílias que possuíam apenas uma moradia, na vila ou fora dela.

As fontes, contudo, não trazem grandes diferenças entre o caráter do mobiliário de casas urbanas e rurais como identificado por Augusto (2007) em Belém. De fato, nas famílias de maiores posses despontam alguns itens raros em relação ao conjunto total da documentação, mas ao que tudo indica, a localização das moradias não foi o fator determinante para o tipo de mobília preferido por essas famílias. A materialidade presente nos domicílios parece estar relacionada à quantidade de atividades econômicas exercidas pelo núcleo familiar, sendo este o garantidor de acesso aos diferentes tipos de bens, independentemente de serem domicílios na área urbana ou rural.

O casal José de Carvalho e Maria Raimunda, falecidos em 1823, possuíam "uma casa e cozinha, com alcovas inteiras" na vila de Santarém onde moravam com seis dos sete filhos. Seu inventário apresenta um montante de 406$620 (quatrocentos e seis mil, seiscentos e vinte réis) divididos em bens de raiz, de produção e domésticos. José de Carvalho possuía a patente de tenente, mas o inventário indica que sua principal fonte de renda vinha da produção de cacau, que por si só equivale a mais de 80% do montante total de bens. A materialidade da produção contava com poucas ferramentas sendo elas três ferros de canoa, duas serras velhas, três pedaços de terçados velhos, uma enxada, um formão, sete foices usadas e três machados usados. Além de um casco de canoa, uma montaria pequena, que poderiam ser utilizadas para o transporte de pequenas quantidades de cacau ou mesmo dos moradores.

No âmbito doméstico, vemos alguns utensílios de cozinha como um ralo velho, cinco potes usados, dois pilões de tamanhos não especificados, um forno de

torrar farinha e uma caixinha sem função determinada. Para mobília apenas um banco, uma banca velha; um baú e mesa [de pau roxo]. De uso pessoal, são descritos uma farda e um chapéu com detalhes de ouro, um "terçado de guarnição armada de oficial e uma folha de espada", itens referentes ao ofício militar de José Carvalho, sendo estes seus bens mais valiosos. Não há menção a escravos.

O inventário de Miliciano Ligeiro Bonifácio da Costa, de 1801, tem características parecidas com o anterior. Também morador da vila de Santarém, possuía apenas esta residência urbana. Era militar na função de furriel e mantinha, paralelamente, uma produção de cacau que equivale a mais de 85% do montante de 403$310 (quatrocentos e três mil, trezentos e dez réis). Sem escravos, os bens de produção se reduzem a um terçado, três machados velhos, um ferro de cova, um ferro de cova usado, uma serra armada, um machadinho e uma canoinha. O ambiente doméstico conta com um baú de cedro, uma caixa de cedro, uma rede tapuirana, uma cravina em bom uso, outra cravina velha e mais uma arma velha, além de dois arcos de flecha.

Se faz interessante a menção aos arcos de flecha, pois contém semelhanças com o relato do viajante alemão Robert Avé-Lallemant, que passou por Santarém em 1859, o qual, ao descrever "o interior de duma oca de tapuia", disse o seguinte:

> Lá dentro tudo é desordem; no máximo uma rede, uma panela em cima dum pequeno fogo e diversas cabaças como utensílios. A pesada espingarda do guarda nacional e o tambor figuram ao lado dos trastes domésticos dos índios, o que é muito singular, porque, mesmo civilizado, se serve ainda de preferência do arco, da flecha e da sarabatana, de pequenos dardos envenenados, como armas silenciosas mais seguras (AVÉ-LALLEMANT, 1961, p. 77).

Embora o relato acima tenha sido feito muitos anos após o recorte temporal deste trabalho, a persistência do arco e da flecha nas casas indígenas após a metade do século XIX aponta que a incidência dessas armas pode ter sido ainda maior no início do século. Sugere ainda que Bonifácio da Costa provavelmente tivesse ascendência indígena, o que justificaria a presença desses itens entre seus bens. A escassez de mobília vista no inventário de Bonifácio é parecida com aquela relatada pelo viajante, podendo ser uma constante no modo de vida dessa população, além de que ao citar a arma da "guarda nacional" no domicílio que visitou, o viajante aponta para a coexistência da vida militar e dos hábitos indígenas.

A especificidade dos bens de Bonifácio da Costa está na descrição de várias peças de roupa: uma veste de manga, uma casaca usada e dois calções todos de chita; um par de calções de cetim e um chapéu velho. Descreve ainda "uma dúzia de chita" e

um par de fivelas metal amarelo. A menção a roupas é incomum nos inventários com montante abaixo de um conto de réis em Santarém, tanto para vila ou para sítios, aparecendo com mais frequência e em maior quantidade nas famílias com mais recursos. Isso não significa que pessoas pobres não possuíssem roupas, dada a importância dessas peças no cotidiano, mas que, na maioria das vezes, a vestimenta mais simples não representava valor suficiente para ser arrolada nos inventários.

Morador da região de várzea de Santarém, Izidoro Correia[25] era dono de "uma casa de vivenda no Tapará" onde vivia do cultivo de cacau nos arredores e também no Aritapera, produção que corresponde a mais de 93% do montante de 476$640 (quatrocentos e setenta e seis mil, seiscentos e quarenta réis) do seu inventário. Os bens de produção e domésticos descritos (menos de 7% do patrimônio da família) são um traçado, duas enxadas grandes, dois machados grande, dois formões grandes, uma goiva, um martelo, uma plaina grande, uma verruma, uma verruma caibral, uma enxó de fuzil, uma serra pequena e uma arma clavina. Dois garfos, duas colheres, uma "frasqueirinha com frascos", dois frascos vazios, um vidrinho de quartilho e meio e duas caixas sem função ou tamanhos determinados. Para além disso, possuía ainda "cinco braças de chão em frente Manoel Góes" e doze esteios.

Também da zona rural, Dona Luiza Pereira[26] era proprietária de "uma morada de casa no sítio" cuja localização não foi especificada, tendo como principal fonte de renda sua produção de cacau que por si só importava em 2:256$160 (dois contos de réis, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e sessenta), cerca de 70% do total. A materialidade doméstica se constitui de um tacho de cobre, um tear de confeccionar rede, duas armas velhas e um baú de pau amarelo. Voltados à produção tem-se "várias ferramentas velhas", um descaroçador velho, e algumas embarcações como uma igarité velha, uma montaria, uma montaria pequena e outra montaria menor A especificidade do inventario de Dona Luiza é a presença de cinco escravos homens de valores entre 100 a 200 mil-réis, sendo a única família da área rural com apenas um tipo de atividade econômica a possuir escravos entre suas posses.

Podemos notar que a materialidade dos domicílios acima descritos não apresenta grandes diferenças, independentemente de se localizarem na vila ou na zona rural. A pouca quantidade de mobília e seu baixo custo refletem a priorização da produção doméstica por parte da família, direcionando a maior parte dos rendimentos

[25] Inventário de 1818;
[26] Inventário de 1818;

para aquisição de bens de produção que visam manter as atividades de cultivo, meio de subsistência da unidade familiar. Assim como apontado por Augusto (2007) para Belém, o "ponto central [dos domicílios] parece sempre girar em torno da condição de produtividade" (p. 106), no entanto, em Santarém o fato de a moradia estar ou não na freguesia central da vila parece não influir na tipologia dos bens, como ocorria na capital.

É importante notar que a posse de escravos, no caso de Dona Luiza Pereira, fomentou o valor montante do inventário mas não modificou os tipos de bens encontrados em sua casa. Ao invés de itens de conforto, o que percebemos foi um número maior de embarcações, indicando o investimento em bens que auxiliavam na atividade cacaueira. Spix e Martius demonstram a ampla utilização desses meios no comércio de Santarém por grandes e pequenos produtores:

> Muitos desses opulentos donos de terras remetem os seus produtos, em suas próprias canoas, para o Pará de sorte que ao grande número de intermediários resta sobretudo o comércio com os índios do Tapajós, que habitualmente entregam os seus artigos só em pequenas quantidades. Em extremo, favorável para o comércio de Santarém é a navegação do Tapajós até à província de Mato Grosso, a qual é empreendida com muito maior frequência do que a do Madeira, desde uns 15 anos para cá (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 141).

Desse modo, vemos que a aquisição de embarcações podia possibilitar o comércio com lugares mais distantes, constituindo-se uma prioridade em relação à mobília. Contudo, a relativa simplicidade dos bens descritos até então não são unanimidade quando se refere aos produtores de cacau, como bem expõe o relato dos viajantes. Esse tipo de atividade era bastante rentável, porém, muito mais para aqueles que dispunham de mais de um local de cultivo. É o caso de famílias que possuíam duas ou mais propriedades, de modo que podiam expandir a quantidade de lavouras. A documentação revela núcleos familiares que tinham na produção cacaueira sua única – ou majoritária – fonte de renda e que possuíam itens domésticos considerados de luxo mediante a sociedade santarena vigente, bem como a posse de vários escravos, revelando outra face da materialidade doméstica.

Onório José da Silva, falecido em 1803, possuía uma moradia e mais outros dois terrenos na Vila de Santarém, além de "uma casa no sítio Urucurituba e mais uma casinha no Rio Aritapera", onde mantinha vários cacauais que importavam a quantia de 1:694$640 réis, aproximadamente 47% do seu patrimônio total. Este percentual é menor daquele encontrado em famílias que não possuíam escravos que, no caso de Onório José, equivalem a 34% dos bens. Significativamente importantes para a produtividade

dos domicílios, a posse de escravos aumentava os rendimentos das lavouras, fomentando com isso o valor montante dos inventários, mesmo padrão presente em Belém (AUGUSTO, 2007). Porém, em termos percentuais, isso se traduz em diminuição da proporção dos bens de raiz e aumento representativo da materialidade doméstica no conjunto total, apontando para uma maior atenção ao mobiliário dessas moradias de maior patrimônio,

O inventário de Onório José constitui uma exceção ao fazer diferenciação dos bens pertencentes à casa da Vila e a do sítio de Urucurituba. Para a propriedade rural menciona quatro foices usadas, três ferros de cova, cinco machados usados, um braço de balança grande, um tacho, três rodas de fiar e seis armas de fogo; objetos voltados à produção. Os dez escravos descritos não têm localização especificada, mas considerando as várias plantações de cacau e a mão-de-obra que demandavam, é possível que estes também residissem na mesma propriedade. Para transporte, possuía uma canoa de itaúba e um patuá balaio de cedro, "espécie de caixa com divisórias para o transporte de alimentos, ferramentas e outros objetos necessários durante as viagens" feitas nessas embarcações (AUGUSTO, 2007, p. 97).

Na casa da vila aparecem diversos artefatos domésticos utilizados para armazenamento como cinco baús de madeiras e valores diferentes, uma caixa de cedro, uma frasqueira com nove frascos, outra frasqueira com seis frascos e ainda um baú com ferragem de prata, provavelmente usado para guardar itens mais valiosos. Porém, a riqueza de Onório José começa a ficar evidente a partir da descrição dos utensílios de mesa. São seis colheres de prata, outras seis colheres também de prata e mais duas colheres de prata que, mencionadas assim separadamente parece repetitivo, mas pretende indicar que havia diferenças entre elas, fosse de tamanho, função ou valor; outras doze colheres de chá de prata também são citadas, importando tudo na quantia de 21$200 réis. Marcos Ferreira de Andrade (2004), ao estudar as residências da elite escravista sul-mineira no século XIX, explica que:

> Os utensílios domésticos, como talheres e facas de prata, aparelhos de chá e louças, tornaram-se cada vez mais frequentes a partir da década de 1830, indicando que a maioria das famílias que detinha algum grau de riqueza poderia adquiri-los e até mesmo ostentá-los em ocasiões especiais (ANDRADE, 2004, p. 114).

Considerando que a família de Onório José já dispunha desse serviço de mesa no ano de 1803, temos dimensão do seu grau de riqueza bem como do seu interesse social em adquirir este tipo de utensílio. Mas não são só os talheres, essa

família dispunha de uma infinidade de joias em ouro, prata e pedras preciosas entre as quais notamos brincos de diamante, cordões de ouro, fivelas de prata, floreta de prata, botões de orelha de ouro, ganchos de fivela de prata e vários outros. Sem esquecer, contudo, dos objetos religiosos que, dentre alguns de madeira, podemos encontrar aqueles que constituíam verdadeiras preciosidades como um Espírito Santo, um São Brás, uma "Senhora da Conceição" e um relicário todos de ouro; além de "uma bandeira resplendor de São João todo de prata". Para Andrade (2004):

> As joias poderiam, ao mesmo tempo, representar um investimento e denotar prestígio social, sendo geralmente utilizadas em cerimônias religiosas, profanas e civis [...]. Algumas peças religiosas de uso doméstico, desde que ornamentadas com ouro e pedras preciosas, vinham arroladas como joias [nos inventários] (2004, p. 113).

Destacamos ainda "uma caixa de tabaco de prata", objeto que foi encontrado somente neste inventário e que reflete não apenas o consumo de tabaco em Santarém, mas também o requinte que os indivíduos afortunados dispensavam para esse hábito:

> O uso do tabaco era muito comum entre os diversos segmentos da população, sendo cheirado, pitado, fumado e mascado. As diferenças ficavam pelo tipo de fumo usado e a forma do uso [...]. Mas o costume que predominava naqueles tempos era o de cheirar tabaco. E também havia diferenças pela qualidade e tipo de fumo utilizado. Daí a importância do uso das bocetas de prata, especialmente para os membros da elite (ANDRADE, 2004, p. 114).

Esses recipientes para o tabaco eram de grande valor e não passaram despercebidos do olhar de Walter Bates que, ao visitar certas residências da "classe superior" em Santarém, nos conta que "essa classe não tem o hábito de fumar, mas todos tomam rapé, que é guardado em bocetas de prata e de ouro, de grande luxo" (BATES, 1944, p. 8). Desse modo, o inventário de Onório José nos permite observar que o cacau, apesar de muito comum na região, tinha sua rentabilidade potencializada pela quantidade de propriedades em que era cultivado, o que também significava plantações em várias etapas de crescimento, garantindo a produção durante todo o ano.

Em alguns casos, o cacau dividia espaço com outras culturas nos bens de raiz das famílias, prática comum na capital e que se repetia em Santarém (AUGUSTO, 2007). Spix e Martius mencionam alguns fazendeiros que "outrora cuidavam quase exclusivamente de cultivar o cacau, que de resto aqui também não raro cresce espontaneamente; em tempos recentes, começaram a dar mais atenção ao café, ao algodão e ao anil" (2007, p. 141). Essa convivência de culturas agrícolas é perceptível

em alguns inventários como é o caso de Antonio Caetano da Cunha, falecido em 1820, mesmo ano do relato dos viajantes citados acima.

Proprietário de uma "morada de casas de vivenda no cacaual do Tapará com terreno", Antonio Caetano possuía duas plantações de cacau em diferentes etapas de crescimento nesta mesma localidade. Percebemos que cultivava o algodão devido a menção de sete sacos do produto e mais "dezessete varas de pano de algodão" entre seus bens. A posse de um alambique de barro – equipamento próprio para destilação e produção da cachaça de forma artesanal – e 31 garrafas vazias apontam para mais uma atividade econômica, a fabricação e venda de cachaça, artigo muito valorizado na região, consumido para diversos fins.

Spix e Martius (2017) citam diversas dessas produções localizadas nas redondezas de todo o Pará, demonstrando a importância do produto para o consumo e comércio. Na fazenda de Mocajuba, por exemplo, contam que "as margens do Guamá são férteis, e dá muito bom resultado ali, especialmente a cana-de-açúcar. Também se nos deparou ali uma grande destilaria de cachaça" (p. 82). No engenho de Jacuarari, aproveitavam "a cana plantada nos arredores para fabricar açúcar e particularmente cachaça [...]. A usina muito espaçosa e alta acomoda um grande engenho, de cana e acessórios, um pilão para socar arroz, e os alambiques construídos segundo o modelo inglês" (p. 95-96).

A cachaça também era muito usada para barganhar com os indígenas em troca de outros produtos ou serviços. Os viajantes ao citar a etnia Mura, por exemplo, explicam que estes "desdenham servir aos brancos, mais do que qualquer outra tribo, e só o gosto pela cachaça os torna às vezes serviçais por curto período" (p. 172). A cachaça, ou aguardente como comumente era chamada, servia para "dar disposição" aos indígenas e, eventualmente, para fins medicinais:

> Como fosse muito grande a vazante do rio atualmente, as frequentes cachoeiras deram-nos muito que fazer, e tanto mais custava, por meio de goles de aguardente e exortações, conservar os índios em boa disposição, porque a praga dos piuns era cada vez maior. Estavam ensanguentados os seus corpos nus, e eu próprio tinha o rosto e as mãos tão dolorosamente picadas e inchadas, que só me livrei dos abscessos abertos (piera), banhando-as de contínuo com cachaça (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 339).

Embora as fontes indiquem que Antonio Caetano fosse um pequeno produtor desse artigo tão utilizado, a questão é que a agregação de várias fontes de renda no mesmo núcleo familiar permitiu a aquisição de itens da materialidade doméstica não vistos até então. Alguns utensílios de cozinha, por exemplo, apresentam

materiais mais resistentes e menos presentes em Santarém como uma panela de ferro, dois tachos de cobre, dois candeeiros de latão e dois castiçais de casquinha. Além de alguns baús, artefato comum nas casas santarenas, a mobília é constituída por móveis mais elaborados como "um bufete com dois bancos".

Segundo João Henrique Marrocano (2021), o bufete "é um móvel de pousar, com uma decoração profusa e extremamente cuidada de torneados, entalhes e aplicações metálicas, podendo ser (ou não) de grandes dimensões, [...] com um número variado de gavetas" (p. 45). Em finais do século XVIII em Portugal, esse móvel foi amplamente utilizado em "espaços domésticos onde se continuava a manter a necessidade de algum simbolismo e majestade, como as salas de recepção e de espera e as 'casas das livrarias', [...] utilizado como mesa de recepção, de escrever e de despacho" (p. 63). Em Santarém, além do bufete de Antonio Caetano, apenas outros dois exemplares aparecem nos inventários, sugerindo que essa mobília não era comum à população, possuída por famílias com alguma expectativa social.

Destinados ao conforto familiar, tinha-se uma banca grande e outra pequena, ambas de pau amarelo; uma carteira, cinco cadeiras e um "catre de cama com colchão", móvel pouco comum num período em que "em vez de camas, mencionam-se redes de dormir" com mais frequência (ALGRANTI, 1997, p. 106). Entre os bens mais preciosos, Antonio Caetano possuía um bom serviço de mesa com seis colheres, seis garfos, seis facas e seis colheres de chá, todos em prata; e ainda "um par de fivelas de liga cravada de pedras" e "uma peça de lança de ouro". A produção de Antonio Caetano contava com a mão-de-obra de oito escravos em sua propriedade, o que garantia bons rendimentos e fomentava o valor total do inventário.

Mas nem sempre as famílias que agregavam diferentes tipos de produção possuíam vários escravos. É o caso de Francisco de Andrade Figueira que, inventariado em 1822, tinha apenas uma "preta de nação rebolo" arrolada entre seus bens; no entanto, seu inventário indica que mantinha pelo menos três tipos de atividades econômicas distintas. Morador de uma casa na várzea, possuía uma "feitoria para cacau", o que configura sua principal atividade; o grande número de ferramentas próprias da marcenaria como plainas, junteiras, guilherme[27], compassos, serras e grosas sugerem que ele mesmo ou alguém que integrava seu núcleo familiar desempenhava o ofício de marceneiro/carpinteiro.

[27] Tipo de plaina antiga própria da marcenaria.

Francisco de Andrade também desenvolvia atividades de pecuária, mantendo em seu curral um total de 24 vacas, cinco garrotes, três bois, quatro cavalos e duas "bestas". Embora Walter Bates (1944) tenha afirmado que antes da Cabanagem "havia [em Santarém] muito maior número de grandes proprietários, ricos em escravos e gado" (p. 20), a criação de animais parece não ter sido uma atividade muito comum no início do século, pois de todos os sujeitos inventariados apenas nove possuíam animais, entre gado e ovinos, sendo que destes apenas três ultrapassavam o número de cem cabeças. As fontes de viajantes apontam alguns possíveis motivos para o insucesso da pecuária em Santarém:

> A criação de gado é quase impossível a oeste de Santarém, naquela parte do vale do Amazonas, que é exclusivamente coberta de mata virgem, por faltar o pasto e por causa das feras; a não ser que os criadores cuidem de ter ali o gado sempre em currais, alimentando-o com milho e capim plantado, sistema de agricultura que atualmente parece incompatível com o modo de pensar e o temperamento do colono.
>
> O gado é para aqui trazido de Monte Alegre e de Outeiro. É de uma raça forte, porém não se multiplica muito depressa, devido à falta de bons pastos durante os meses secos e à perseguição dos morcegos, que são também aqui um dos maiores flagelos do país (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 143).

Bates destaca que, ao contrário do Pará – referindo-se à região de Belém – em Santarém o gado "não precisava ser trazido de longa distância", sendo criados "nos campos em torno do Lago Grande, a um ou dois dias de viagem da cidade" (BATES, 1944, p. 16). Os relatos e a documentação indicam que desde o início do século a criação de gado era feita fora de Santarém, podendo ser em uma segunda propriedade, em caso de moradores da Vila, ou não:

> Alguns colonos construíram suas cabanas de taipa, cobertas de folhas de palmeira, às margens do Maicá, e ocupam-se principalmente no pastoreio de pequenas pontas de gado. Parecem viver todos na maior miséria. O gado, embora pequeno, era gordo e luzidio, e o distrito dos mais promissores para os trabalhos agrícolas e pastoris (BATES, 1944, p. 39).

Relatos como este, juntamente com as informações dos inventários, tornam evidente que a pecuária não implicava alta rentabilidade, servindo mais como um adicional na renda familiar, como parece ser o caso de Francisco de Andrade. Apesar de suas diferentes fontes de ganho, a materialidade de sua moradia não diferia de outras já descritas. Possuía alguns baús com ferragens, bacias de arame, tachos de cobre, frasqueiras com frascos, um almofariz[28], uma roda de fiar e um tear de fazer rede, além

[28] Tipo de pilão pequeno que podia ser feito de metal, pedra ou madeira, normalmente utilizado na cozinha para moer e homogeneizar temperos.

de algumas armas “cravina” e “lazarinas”. A menção à duas chocolateiras “parecem ter sido consequência da plantação de cacau nestes domicílios, o que favorecia o consumo da bebida” (AUGUSTO, 2007, p. 101). Não são descritos itens considerados de luxo, como móveis decorados ou joias.

A documentação sugere que a posse de bens mais preciosos pode estar relacionada à presença de escravos nos domicílios de Santarém, já que a maioria dos inventários que apresentam joias e/ou outros itens em ouro e prata costumam conter vários escravos. Isso se deve ao fato de que, inegavelmente, os escravos fomentavam em muito a renda final desses indivíduos permitindo a aquisição desse tipo de bens; mas também nos mostra que possuir escravos era, assim como as joias, um indicativo de prestígio social, aspiração típica de famílias abastadas, como já abordado nesse capítulo.

Os escravos, além de mão de obra, poderiam servir diretamente como fonte de renda por meio do aluguel de sua força de trabalho. Entre os inventários de Santarém não há menção específica a esse tipo de atividade, porém, chama a atenção o caso de Francisco Ferreira Barreto. Este possuía dez escravos, quantidade acima da média[29], mas não são citadas fontes de renda, nem moradia ou bens de raiz e produção; apenas a patente de tenente. Fica o questionamento, portanto, da necessidade de tantos escravos nesta moradia, sendo que o aluguel destes poderia ser uma possibilidade.

Mas não só de atividades agrárias viviam os moradores de Santarém. Como vimos no primeiro capítulo, “o núcleo urbano tinha no trânsito de pessoas e ocupações sua forte característica (FARIA, 1998, p. 167), sendo possível notar a presença de alguns ofícios como fonte de renda principal ou adicional. Ofícios ligados à magistratura certamente fomentavam a renda final da família, permitindo uma materialidade doméstica mais próspera. O caso de Sebastião Felix Rabelo, que foi inventariado juntamente com a esposa Luiza Maria de Vinhoth em 1819, é um exemplo disso. Apesar de não ser mencionado como juiz de órfãos em seu próprio inventário, Sebastião Felix aparece em um documento de 1803 realizando essa função, levantando a possibilidade de que talvez não exercesse o ofício na ocasião de sua morte. As atividades ligadas ao cacau e à criação de animais entrevistas em seus bens sugerem que estas eram suas principais fontes de renda nesse momento.

Já os ofícios voltados à trabalhos manuais não pareciam tão rentáveis, mais ainda se fossem o principal sustento do lar. O inventário de Francisco Antonio Ferreira

[29] Toda a documentação avaliada soma um total de 125 escravos entre homens, mulheres e crianças; sendo assim, a média aritmética é de 4,3 escravos para cada família.

de Abreu[30], já citado no primeiro capítulo deste trabalho, traz a descrição de "uma tesoura de alfaiate mais um ferro de engomar", sugerindo o exercício desse ofício no cotidiano da Vila. O que destacamos, contudo, é que toda a materialidade de seu domicílio parece estar voltada à função que desempenha. Francisco Antonio possuía três bufetes em sua residência, móvel que certamente lhe era útil devido às gavetas, mas que também cumpria uma função social relacionada à recepção de pessoas. Tinha diversos utensílios de mesa como "oito pratos finos de guardanapos" mais alguns pratos de tamanhos variados, uma caneca, copos, facas e garfos de ferro, "duas colheres de sal" e três pires. E, constituindo uma exclusividade em Santarém, quatro "covilhetes com suas tampas", em tamanhos variados, uma espécie de tigela para consumo de doces.

Itens mais valiosos como os vários pares de fivelas e botões em prata podem ser entendidos como parte da produção de vestimentas. Estas, por sua vez, variam entre calções, coletes e camisotes de chita "muito usados" e roupas mais formais como "um vestido de mulher de cetim com manto de seda" e "um fraque" – tipo de paletó da época. O inventário de Francisco Antonio não tem descrição de moradia, apenas dois terrenos na Vila, provavelmente vivendo em casa alugada. A soma total resulta em 997$038 réis, sendo sua maior posse a quantia de 348$658 réis referente aos "rendimentos do cacau de duas estações", indicando que em algum momento Francisco Antonio também se dedicou a esse tipo de produção.

Com um montante ainda menor contava Constância Maria[31], totalizando 206$240 réis. Seu inventário sugere que exercia o ofício relacionado à confecção de vestimentas, devido à presença de itens como "um enfiador de miçangas com contas de ouro", "um dedal[32] velho de prata", "um apanhador de pedras", várias peças de tecido como algodão, zuarte, bretanha, linho, seda e rendas, além de um ferro de engomar. Não possuía moradia própria, vivendo de aluguel que, inclusive, estava atrasado há quatro meses na ocasião de seu falecimento, como consta na seção de dívidas do inventário.

De mobília, apenas um baú de marapaúba pintado; os demais bens são todos para serviço de mesa e de uso pessoal. Duas redes velhas, um lençol de algodão, "três toalhas de mão de linho", uma "bandeja de charão", treze copos, dezesseis pratos e dez pires usados, canecas de barro, bacia de arame, entre outros. Chama a atenção a quantidade de vestimentas que dona Constância possuía, provavelmente devido ao seu

[30] Inventário de 1803.
[31] Inventário de 1819.
[32] Proteção para dedos usado durante a atividade de alfaiataria e costura.

ofício. São muitas saias, de modelos e valores diversos, algumas feitas de tecidos mais comuns como a chita e de outros mais caros como a seda. Alguns chapéus, leques e anáguas também aparecem nas descrições.

É incomum a menção de tantas peças de vestuário em um inventário com montante reduzido como o de D. Constância Maria, enquanto para outros sujeitos com patrimônio superior esses itens são ausentes. Luciana Silva (2019), ao analisar os inventários da região de Vila do Carmo - MG no século XVIII, notou que "em número considerável destes documentos não constaram artefatos têxteis desse tipo" (p. 3), e atribui algumas possíveis razões para essa lacuna. Segundo a autora, "o baixo valor das peças ou seu péssimo estado de conservação, por sua vez, nem sempre constituíam razão para sua exclusão do arrolamento de bens" (p. 7), em muitos casos, as vestimentas poderiam assumir novo caráter após a morte desses sujeitos.

Silva (2019) encontrou casos em que indivíduos de posses estabeleciam, no leito de morte, por meio de testamento ou pedido informal, que itens de uso pessoal como joias e roupas ficassem fora da inventariação. Nesse sentido, "assegurar ao cônjuge a posse de roupas e joias compunha o quadro das motivações para a exclusão de artefatos dessas classes dos arrolamentos de bens" (p. 6). Em famílias menos favorecidas, uma opção era a venda das roupas de maior valor "para obtenção de recursos numa situação de grande necessidade" (p. 5), ficando apenas as peças de uso estritamente necessário, não interessantes ao inventário.

A pobreza e a existência de órfãos menores também eram motivo para "omitir as peças de roupas do inventariado como meio de garantir menos dificuldades para vestir as crianças", dada a dificuldade de aquisição de vestuário infantil no período:

> As peças de roupas eram artefatos caros, se comprados do comércio local e, mesmo quando se recorria ao alfaiate ou costureira, os gastos poderiam ser bastantes vultosos, em especial se houvesse necessidade de comprar os tecidos, cujos côvados poderiam alcançar o preço de peças de móveis da casa (SILVA, 2019, p. 9).

Percebemos, assim, a importância de alfaiates e costureiras como Francisco Antonio e d. Maria Constância para o cotidiano na Vila, no entanto, seus inventários supõem que não se tratava de uma atividade tão rentável. A documentação aponta que o comércio de tecidos, por sua vez, constituía-se numa fonte de renda mais lucrativa. É importante notar que ao se falar de comércio em Santarém, os relatos de viajantes costumam destacar o negócio de produtos primários como o "cacau, salsaparrilha, cravo-do-maranhão, algum café, algodão e borracha" (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 141),

considerando “Santarém o empório do comércio entre a parte ocidental da província do Pará e a capital” (Idem.). Mas no que se refere ao mercado de tecidos, por exemplo, as informações são reduzidas e generalizadas:

> Finos tecidos de algodão e de seda de toda a qualidade, panos, chapéus, etc., são comprados pelos cuiabanos na Bahia ou no Rio de Janeiro, vinte por cento mais barato do que em Santarém, cujo comércio é insignificante demais, para poder concorrer com aquelas opulentas cidades marítimas, onde o movimento é mais rápido, a escolha é mais livre e os recursos monetários maiores (SPIX; MARTIUS, 2017, p.154).

A “insignificância” do comércio de tecidos em Santarém apontada pelos viajantes não parece ter sido um exagero. Dos 29 inventários observados, apenas quatro sujeitos inventariados foram donos de lojas. Um deles foi José Maria Correia, falecido em 1802, morador da Vila e que, diante da ausência de outras produções, supomos que vivia principalmente dos rendimentos da sua loja. Possuía sete escravos e uma casa na Rua da Fortaleza, onde possivelmente funcionava o comércio. O lançamento dos bens não faz diferenciação entre as mercadorias da loja e a materialidade da casa, portanto, são a quantidade e a tipologia dos bens que nos permitem categorizá-los.

A grande quantidade de varas e peças dos mais variados tecidos (bretanha, algodão, seda, chita, cambraia, ganga, fita, etc.) nos permitem perceber que este era o artigo central do negócio, bem como linhas, alfinetes, lenços e meias. A descrição de alguns itens em número elevado sugere que também se tratavam de mercadorias, como 157 pratos grandes, 76 pratos pequenos, 10 machados novos, 10 enxadas novas, 10 foices novas e “10 bispotes[33] finos”, entre outros. Sendo assim, o comércio de José Maria Correia negociava “majoritariamente fazendas, mas vendiam também objetos de menor porte e miudezas” (FARIA, 1998, p. 182), encaixando-se no que Sheila Faria chama de “comerciantes de fazendas[34]”.

José Maria não dispunha de grande fortuna, mas parecia viver confortavelmente com um patrimônio 3:507$801 réis. Possuía um terreno na Vila, quatro embarcações e várias ferramentas. Sua extensa materialidade doméstica contava com itens que merecem destaque, como “um leito de pau macaúba com cortinados, colchão e lençóis” (no valor de doze mil réis), “uma rede nova de tapuirana com varanda bordada” e “um pente de casco”. São descritas muitas joias: fivelas, cordões,

[33] Antiga nomenclatura para urinol.
[34] Referente à fazenda de tecidos.

brincos e anéis, a maioria em ouro e prata, algumas contendo diamantes e topázios. Ouro também nos objetos religiosos: imagens de santos, crucifixos e oratórios.

Segundo Faria (1998), os comerciantes das Vilas eram os detentores das maiores fortunas, demonstrando que as "áreas urbanas coloniais eram o lugar por excelência do enriquecimento", afirma, inclusive, que "grandes fortunas agrárias que analisou tiveram origem no comércio" (p. 189). Era comum os comerciantes em fins do século XVIII investirem em bens agrários e tornarem-se senhores de engenho, terras ou escravos, em busca do prestígio social e político que tal posição acarretava, mesmo que essa transição lhes custasse certo empobrecimento. "A única solução para impedir a diminuição da fortuna seria a manutenção de ambas as atividades. Poucos tiveram condições ou optaram por tal procedimento" (FARIA, 1998, p. 189).

Não sabemos se esse era o desejo dos comerciantes de Santarém, mas conseguimos perceber na documentação que, de fato, a atividade comercial não excluía o envolvimento com o mundo agrário. Francisco Xavier de Oliveira Rego[35] foi um desses donos de loja que também investia em bens de raiz, mantendo dois cacauais na região do Tapará que juntos equivaliam a mais de três contos de réis, além da criação de animais contabilizando mais de mil, entre bovinos, ovinos e equinos. Possuía duas moradas na Rua da Praia, o que pode sugerir que sua loja funcionava separada da moradia da família. O lançamento de bens nos dá a entender que Francisco Xavier comercializava tecidos, artigos de costura e alfaiataria, louças, ferramentas, aguardente e "miudezas" como espelhos, escolhas, navalhas, pentes, etc.

Com uma fortuna de mais de 15 contos de réis, possuía o expressivo número de 23 escravos, sendo o segundo maior dono de escravos encontrado nos inventários. É difícil determinar quais dos bens descritos pertenciam à materialidade doméstica de Francisco Xavier, já que não são feitas diferenciações nesse sentido. No entanto, conseguimos notar algumas bancas, baús, cômoda, catre, estante, talheres, tachos e panelas. Entre os bens preciosos aparecem principalmente colheres de diferentes tamanhos, total ou parcialmente de prata, fivelas também em prata e "um relógio de caixa de prata".

O inventário em si não nos permite afirmar que Francisco Xavier pretendia abandonar o comércio para se tornar proprietário rural em algum momento, contudo, é perceptível que seus lucros não estavam voltados para promoção do requinte no interior

[35] Inventário de 1818.

da residência. Já o inventário de dona Maria Ferreira, em 1818, indica que esta possuía uma materialidade doméstica extensa, mas que se traduzia principalmente em bens de uso pessoal e serviço de mesa. De mobiliário, propriamente, apenas uma cama, colchão e castiçais. Itens em tecido são mais frequentes como lençóis, fronhas, toalhas e até "chinelo de seda".

Como já mencionado, o serviço de mesa de dona Maria Ferreira era bastante expressivo, contendo charões[36], copos, tigelas, uma sopeira, um bule, um açucareiro, um almofariz de bronze e duas panelas (grande e pequena), além de colheres, garfos e até um copo de prata. É significativo encontrar esse tipo de louça para Santarém pois, mesmo que o material não seja especificado, itens como bule e açucareiro sugerem o consumo de chá. Essa informação, contudo, não configura uma novidade já que escavações arqueológicas realizadas em Santarém confirmam que a incidência de "peças de porcelana — a categoria de louça de maior valor econômico — estão relacionadas ao consumo do chá" (SYMANSKI; GOMES, 2012, p. 82). A presença desse hábito na residência de dona Maria Ferreira indica distinção social:

> Esses dados sugerem que, nessas unidades domésticas santarenas, as louças de chá foram as mais socialmente significativas, de modo que as fronteiras na prática social, demarcadas entre patrões e empregados, e, mais provavelmente, entre patrões e empregadas, são bem mais evidentes neste domínio do que no do jantar (SYMANSKI; GOMES, 2012, p. 82).

Importante notar que, segundo Luís Claudio Symanski e Denise Cavalcante Gomes (2012), "o consumo social do chá tornou-se, na Europa ao longo do século XVIII, um domínio regido pela mulher, com regras e etiquetas próprias" (p. 81) e mesmo que seja "arriscado atribuir essa variabilidade a práticas sociais referentes à agência feminina" (p. 82) em Santarém, é interessante que esses itens apareçam justamente no inventário de uma mulher. É o único documento, inclusive, em que aparecem "um saquinho com pimenta, outro com cominho" e "uma garrafa de azeite doce". Os autores consideram "o domínio da alimentação um lócus fundamental de identidade" individual ou de grupo (SYMANSKI; GOMES, 2012, p. 77).

Dona Maria Ferreira era comerciante de tecidos e artigos do gênero; em seu inventário não constam casas, terrenos ou plantações, mas aparecem sete escravos e estoques de guaraná, farinha, "algodão em caroço", "arroz por socar" e milho, ficando implícito se tratava-se de produção própria ou adquiridos para revenda. Também não há como determinar o montante do inventário de dona Maria, já que, por motivos que

[36] Espécie de bandeja de alumínio.

desconhecemos, os valores não foram registrados no lançamento de bens. Notamos, entretanto, que a prioridade dada à aquisição de serviço de mesa ao invés de móveis, por exemplo, revela "interesse maior pelos locais destinados às refeições, sinal de que estas constituíam momentos importantes da vida familiar" (ALGRANTI, 1997, p. 109).

Além disso, nos deixa entrever a preocupação com a sociabilidade, já que "entre as classes mais diferenciadas economicamente, o hábito de fazer visitas era bastante difundido" (ALGRANTI, 1997, p. 116), tornando-se necessário peças que correspondessem às regras sociais. A menção a "um jogo de damas" no inventário de Maria Ferreira corrobora para esta hipótese, considerando que "baralhos e tabuleiros de xadrez e gamão aparecem nos inventários entre XVI e XVIII, e eram possivelmente uma forma de sociabilidade entre famílias e amigos" (Idem, p. 115).

A materialidade das casas de Santarém está, inegavelmente, ligada ao poder aquisitivo das famílias. No entanto, nem todas as famílias de posses revertiam seus lucros para a aquisição de itens de mobiliário. Alguns domicílios privilegiaram, de fato, o conforto e o embelezamento doméstico por meio de camas, catres, bancos, mesas, estantes, bufetes, castiçais e candeeiros; sem fugir, contudo, da "precariedade do mobiliário" comum à toda Colônia, como apontado pelos relatos de viajantes e reafirmados pelos estudos de Leila Algranti (1997). Sendo assim, são poucas as casas em que o mobiliário ganha destaque nesse início de século em Santarém, mesmo em inventário com patrimônio considerável.

Ao que parece, a principal preocupação das famílias santarenas era manter seus padrões de vida, no caso das mais abastadas; para os menos favorecidos, era assegurar a subsistência do núcleo familiar e, para ambos os casos, foram mobilizadas estratégias diversas. Houve aqueles que investiram em apenas um determinado tipo de atividade econômica, mais frequentemente o cacau, buscando adquirir cada vez mais espaços de cultivo, de modo que pudessem aumentar a quantidade de lavouras e dividi-las em diferentes estágios de crescimento, o que garantia a produção durante o ano inteiro. Outros combinaram diferentes culturas, cultivando paralelamente produtos como o cacau, algodão e/ou cana para fabricação de cachaça. A criação de animais, por sua vez, parece ter sido opção para poucos.

Assim, revertiam o lucro na obtenção de novas terras, ferramentas e, se possível, mão de obra escrava, tornando maior o montante dos inventários mas não necessariamente refletindo em melhorias na materialidade doméstica desses domicílios. Mesmo as famílias que não dispunham de bens de raiz tinham seus ganhos aplicados em

seus respectivos “negócios”. É possível notar, por exemplo, que eram as mercadorias das lojas que compunham o maior percentual do patrimônio dos comerciantes, e não os bens de caráter pessoal ou doméstico. Embora apresentassem certa qualidade de vida, o objetivo principal era manter-se em atividade e garantir a segurança econômica do núcleo familiar.

Para aqueles que viviam de seus ofícios, como costureiras e alfaiates, o mesmo padrão é encontrado. Ao invés de mobília, adquiriam tecidos, botões, tesouras e ferro de passar, itens que determinantes para suas ocupações. As joias presentes nos inventários, mais frequentes em famílias afortunadas – mas não apenas nestas – refletem a busca pela boa aparência e status social, mas também constituíam uma garantia econômica para esses sujeitos, principalmente os mais vulneráveis. Em alguns casos, essas joias juntamente com objetos religiosos de valor chegavam a somar uma pequena fortuna, à qual as famílias poderiam recorrer em momentos difíceis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XIX, embora em desenvolvimento, Santarém ainda não demonstrava aspectos avançados de urbanização, ao invés disso, as fontes nos apresentam uma pequena vila com hábitos basicamente rurais. Tinha como principal fonte de renda atividades ligadas ao campo que, na maioria das vezes, eram realizadas em propriedades fora da vila, normalmente em regiões de várzea onde a terra se mostrava mais fértil devido às cheias dos rios. No caso de famílias que não possuíam essa propriedade extra, suas atividades agrícolas eram realizadas na própria Vila, nos quintais das casas ou em roçados próximos. O comércio e alguns ofícios manuais também eram atividades econômicas comuns, porém em número relativamente menor.

A população santarena neste período, com número em torno de 4 e 5 mil pessoas, apresentava uma composição étnica bastante diversa, com classes sociais diferenciadas, mas ao mesmo tempo entrelaçadas entre si. Embora as fontes apontem para uma estrutura com pontos de segregação, é inegável que as relações de dependência permeavam o cotidiano da Vila. Fosse por relações de trabalho ou laços afetivos, as classes estavam estritamente atreladas, dando origem, inclusive, à novas grupos sociais. A análise desses sujeitos coloniais nos permite entrever como cada grupo contribuiu para o funcionamento da sociedade a partir da sua função no interior da família a qual pertenceu.

Os núcleos familiares, apesar da aparente homogeneidade, nem sempre seguiam apenas um padrão. Algumas famílias eram, de fato, compostas por pai, mãe e filhos, mas pudemos notar também a existência de homens sozinhos tocando grandes produções que, embora contassem com mão de obra escrava, fugiam do comum ao não contraírem matrimônio. Em outros casos, eram as mulheres que se viam no comando de suas casas, geralmente com o desafio de administrar os negócios e ao mesmo tempo criar os filhos, por vezes recorrendo à ofícios manuais para cumprir tal função. Vimos ainda que as famílias podiam abrigar outras famílias em seu interior formadas por uniões de escravos, das quais nasciam crianças que tinham diante de si um futuro traçado de trabalho e submissão devido a sua condição cativa.

De modo geral, a juventude na Vila de Santarém não parecia ser uma fase de grandes expectativas profissionais, mesmo para a população livre. A precariedade ou mesmo ausência de educação formal contribuía para a já pequena possibilidade de ascensão social, levando os jovens a continuar as atividades de seus pais, fossem

agrícolas, comerciais ou de ofícios. As formas de ascender socialmente estavam estritamente ligadas ao aumento do patrimônio e este, por sua vez, parecia ser determinado pela quantidade de atividades econômicas que um núcleo familiar poderia desempenhar.

De fato, em alguns casos se conseguiu juntar patrimônio considerável exercendo apenas um tipo de economia, o cacau, mas somente mediante a aquisição de várias áreas de cultivo em diferentes localidades. Na maioria dos casos, o comércio parecia ser o meio preferido de enriquecimento, possibilitando também o contato com uma materialidade típica de pessoas com aspirações sociais mais definidas. Os comerciantes de Santarém eram os que, com mais frequência, possuíam itens pessoais que refletiam a busca por uma posição social de destaque, bem como a preocupação com uma sociabilidade mais requintada, voltada à apresentação em público.

A agregação de várias atividades econômicas permitiu a ocorrência de grandes fortunas, como já apontado. Com isso, revelou também um abismo socioeconômico com a grande maioria da população que contava com patrimônio modesto e hábitos domésticos simples. Importante destacar que o "sucesso financeiro" dos indivíduos era muito influenciado pela estrutura familiar de que era oriundo, segundo a qual poderia ter recebido educação, incentivo financeiro, aprendido a atividade dos pais e ter feito um bom casamento.

Contudo, mesmo em famílias afortunadas, o estudo da cultura material nos mostrou que a materialidade doméstica, em especial a mobília e os objetos pessoais, não era a prioridade de aquisição das famílias. Primeiro porque a grande parte dos montantes equivaliam aos bens de raiz e imóveis e, no caso dos comerciantes, às mercadorias das lojas, ficando pouco para mobiliar a casa. Além disso, os lucros conseguidos eram revertidos para a própria atividade econômica, ficando a materialidade doméstica em segundo plano. Isso não impediu, certamente, que as famílias possuíssem itens de luxo, mas não representavam a prioridade.

A regra vale também para lares pobres que também revertiam seus lucros para investir em suas atividades e aquisição de meios para manter seus ofícios. Se a prioridade não era mobília e itens pessoais, era antes manter a subsistência familiar e, para os mais ricos, sua posição social. A simplicidade das casas e seus interiores perceptível na maioria das famílias santarenas reflete uma realidade típica do início do século XIX comum à toda a Colônia, e não um estado de pobreza próprio de Santarém. A dificuldade de acesso à determinados bens e a pouca importância com o conforto

familiar, somado à já citada necessidade de manter a família, faziam da materialidade doméstica uma preocupação menor.

As constatações deste trabalho, contudo, demonstram apenas a superficialidade daquilo que o estudo da cultura material santarena pode nos informar. Acreditamos que análises mais aprofundadas sobre esses itens materiais como sua procedência, modos de aquisição e outras informações poderiam nos dar maior dimensão de sua importância e nos permitir vislumbrar aspectos não percebidos dos hábitos cotidianos em Santarém. Nesse sentido, dados arqueológicos, bem como a exploração de outros aspectos dos próprios inventários também seriam relevantes aliados no processo de investigação histórica. Nosso trabalho representa o primeiro passo para se entender os modos de vida em Santarém em fins do período colonial, abrindo margem para o aprofundamento analítico desta temática.

FONTES

1. **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO BAIXO AMAZONAS Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém.**

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Miliciano Ligeiro Bonifácio da Costa, 1801.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Geraldo Pinto da Silva, 1802.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de José Maria Correia, 1802.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Francisco Antonio Ferreira de Abreu, 1803.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Juliana Maria de Morais, 1803.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Maria Sofia, 1803.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Onório José da Silva, 1803.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de João de Mello Rodrigues Viana, 1817.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Francisco Xavier de Oliveira Rego, 1818.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Izidoro Correia, 1818.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Luiza Pereira, 1818.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Maria Ferreira, 1818.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Antonio José Ribeiro Lima, 1818.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Constância Maria, 1819.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Francisco Pedro Ferreira, 1819.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Manoel Ignacio Caetano, 1819.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Sebastião Felix Rabelo e Luiza Maria de Vinhoth, 1819.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Francisco Ferreira Barreto, 1819.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Antonio Caetano da Cunha, 1820.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Floriana de Fonseca e Moraes, 1820.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Venâncio José de Sousa e Maria do Carmo, 1820.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Anna Thereza da Silva, 1821.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Antonio Joaquim da Costa, 1821.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Leonor Candida do Carmo, 1821.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Lourenço Xavier de Souza, 1821.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Maria Roza Pereira do Carmo, 1821.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Francisco de Andrade Figueira, 1822.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de Manoel Santhiago da Costa, 1822.

PARÁ. Poder Judiciário. Fórum Cível. Autos cíveis de inventário dos bens que ficarão por falecimento de José de Carvalho e Maria Raimunda, 1823.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. IN: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 12, p. 91-128, jan/dez. 2004.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A educação da criança pela família no século XIX: da historiografia a um problema de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá-PR: 2015, v. 15, n. 1 (37), p. 51-81, jan./abr. Disponível em https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38910/pdf_43. Acesso em: 25 de junho de 2022.

AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. **Entre o ter e o querer**: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808-1830), 2007, 187 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2007.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. 2v. Disponível em: http://www.digitallibraries.com.br/mnm/handle/01/274. Acesso em: 22 jul. 2020.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2011.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Conselho Editorial, 2004. 30v. 432p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1097/714619.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 31 jan. 2022.

BATES, Henry Walter. **O Naturalista no Rio Amazonas**. Tradução de Candido de Mello Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. 1v. Disponível em: http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/323. Acesso em: 27 out. 2022.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. Evidências de História nos relatos de viajantes sobre a África Pré-Colonial. **Aedos**: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, v. 1, p. 11-21, 2008.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FARIA, Sheila de Castro. "Pai taverneiro, filho barão e neto mendicante" – Comércio e fortuna no mundo agrário escravista. In: **A Colônia em Movimento**: Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Dirce Nazaré de Andrade; SCHWARTZ, Cleonara Maria; KROHLING, Aloisio. O Método de Ensino Lancasteriano: uma comparação entre a sala monitoral do The British School Museum de Hitchin, na Inglaterra, e o regimento interno das aulas públicas das Primeiras Letras da Província do Espírito Santo em 1871. **História da Educação** [online], Porto Alegre: 2016, v. 20, n. 48, p. 175-191. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2236-3459/41842. Acesso em: 27 jun. 2022.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FLORENCE, Hercule. **Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Tradução de Visconde de Taunay. Brasília: Conselho Editorial, 2007. v. 93. 282 p. Disponível em: https://livraria.senado.leg.br/viagem-fluvial-do-tiete-ao-amazonas-de-1825-a-1829-vol-93. Acesso em: 22 jul. 2020.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi** - Ciências Humanas, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan/abr. 2011.

MARROCANO, João Henrique. Mobiliário português de estilo nacional: o bufete forma, origem e identidade. **Res Mobilis** - Revista internacional de investigación en mobiliario y objetos decorativos, Astúrias, Universidad de Oviedo. v. 10, n. 12, p. 44-74. 2021.

MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: 1988, v.8, n. 16, p. 37-55. Mar/ago. Disponível em https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3674>. Acesso em: 24 de junho de 2022.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser Mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista de História**, São Paulo. 120. p.85-96, jan/jul. 1989. Disponível em https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18594/20657. Acesso em: 24 de junho de 2022.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas: Campinas, século XIX. **Revista Brasileira de História** [online]. 2006, v. 26, n. 52, p. 175-192. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000200008. Acesso em: 23 de junho de 2022.

SILVA, Luciana. Uma ausência reveladora: as vestimentas nos inventários do termo da Vila do Carmo (1722 - 1760). In: SEMINÁRIO NACIONAL DO CMU – MEMÓRIA E HISTÓRIAS LOCAIS, 9., 2019, Campinas. **Anais**...: esquecimento, diversidades culturais e identidades. Campinas: Centro de Memória – Unicamp (CMU), 2019.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava**: Brasil Sudeste, século XIX. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friederich Philipp Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3v. 486p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/573991. Acesso em: 23 nov. 2020.

SYMANSKI, Luís Claudio Pereira; GOMES, Denise Maria Cavalcante. Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 53-90, jul./dez. 2012.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários Post Mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Revista Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, v. 5, n. 8, p. 63-83, jan./jun. 2012.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres**: a educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de Oitocentos. 2004. 336f. Tese (Doutorado) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Educação, bibliotecas e práticas de leitura no Brasil Colonial**, Programa de Pós-Graduação em História da FFLCH-USP, em S. Paulo, SP. 1997.